

**UNESCO**

**Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**

**CNE**

**Conselho Nacional de Educação**

**Projeto CNE/UNESCO 914BRZ1136.3**

**“Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação  
de uma educação nacional de qualidade”**

**Contrato no. SA-403/2013**

**Controle UNESCO 545393**

**Produto 1 - Panorama e diagnóstico da oferta e  
qualidade da Educação Superior  
brasileira**

Documento técnico contendo a) análise de dados e informações contidas no e-MEC e no Censo da Educação Superior 2011, b) informações estatísticas referentes aos dados e informações do Censo da Educação Superior 2011, c) análise de estudos e pesquisas referentes à oferta e qualidade da Educação Superior brasileira.

**São Paulo, 15 de abril de 2013.**

---

**Ana Maria Torres Alvarez**

## **Lista de tabelas**

|          |                                             |    |
|----------|---------------------------------------------|----|
| Tabela 1 | Habitantes/ IES - Região Norte.....         | 21 |
| Tabela 2 | Habitantes/ IES - Região Nordeste .....     | 23 |
| Tabela 3 | Habitantes/ IES - Região Centro-Oeste ..... | 24 |
| Tabela 4 | Habitantes/ IES - Região Sudeste .....      | 25 |
| Tabela 5 | Habitantes/ IES - Região Sul .....          | 27 |

## Lista de gráficos

|            |                                                                       |    |
|------------|-----------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1  | IES - Brasil por Regiões .....                                        | 19 |
| Gráfico 2  | IES/População - Região Norte.....                                     | 20 |
| Gráfico 3  | IES/População - Região Nordeste .....                                 | 22 |
| Gráfico 4  | IES/População - Região Centro-Oeste .....                             | 23 |
| Gráfico 5  | IES/População - Região Sudeste .....                                  | 25 |
| Gráfico 6  | IES/População - Região Sul .....                                      | 26 |
| Gráfico 7  | IES/Organização Acadêmica – Brasil .....                              | 27 |
| Gráfico 8  | IES/Categoria Administrativa – Brasil .....                           | 28 |
| Gráfico 9  | IES/Categoria Acadêmico-Administrativa – Brasil .....                 | 28 |
| Gráfico 10 | Faculdades/Categoria Acadêmico-Administrativa – Brasil .....          | 29 |
| Gráfico 11 | Faculdades - Região Norte.....                                        | 30 |
| Gráfico 12 | Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Norte .....       | 31 |
| Gráfico 13 | IGC das IES - Região Norte .....                                      | 32 |
| Gráfico 14 | Faculdades - Região Nordeste .....                                    | 33 |
| Gráfico 15 | Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Nordeste.....     | 34 |
| Gráfico 16 | IGC das IES - Região Nordeste.....                                    | 35 |
| Gráfico 17 | Faculdades - Região Centro-Oeste .....                                | 36 |
| Gráfico 18 | Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Centro-Oeste..... | 37 |
| Gráfico 19 | IGC das IES - Região Centro-Oeste.....                                | 38 |
| Gráfico 20 | Faculdades - Região Sudeste .....                                     | 39 |
| Gráfico 21 | Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs– Região Sudeste .....      | 40 |
| Gráfico 22 | IGC das IES - Região Sudeste .....                                    | 41 |
| Gráfico 23 | Faculdades - Região Sul .....                                         | 42 |
| Gráfico 24 | Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Sul.....          | 43 |
| Gráfico 25 | IGC das IES - Região Sul.....                                         | 44 |
| Gráfico 26 | Cursos por Áreas de Conhecimento/Categ. Administrativa - Brasil ..... | 45 |

|            |                                                                                            |    |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 27 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Educação .....                                      | 46 |
| Gráfico 28 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Humanidades e Artes.....                            | 47 |
| Gráfico 29 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito.....           | 48 |
| Gráfico 30 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Ciências, Matemática e Computação.....              | 49 |
| Gráfico 31 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Engenharia, Produção e Construção.....              | 50 |
| Gráfico 32 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Agricultura e Veterinária.....                      | 51 |
| Gráfico 33 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Saúde e Bem-Estar Social .....                      | 52 |
| Gráfico 34 | Cursos/Categ. Administrativa - Área de Serviços .....                                      | 53 |
| Gráfico 35 | Candidatos/Ingressantes - Brasil.....                                                      | 54 |
| Gráfico 36 | Vagas e Candidatos/Área de Conhecimento - Brasil .....                                     | 55 |
| Gráfico 37 | Candidatos/Vaga por Organização Acadêmica - Brasil e Regiões.....                          | 56 |
| Gráfico 38 | Vagas Ociosas/Organização Acadêmico-Administrativa - Brasil e Regiões.....                 | 57 |
| Gráfico 39 | Matriculados e Concluintes/Categ. Administrativa e por Área de Conhecimento – Brasil ..... | 59 |
| Gráfico 40 | Formação Docente – Brasil.....                                                             | 61 |
| Gráfico 41 | Regime de Trabalho dos Professores - Região Norte.....                                     | 62 |
| Gráfico 42 | Regime de Trabalho dos Professores - Região Nordeste.....                                  | 62 |
| Gráfico 43 | Regime de Trabalho dos Professores - Região Centro-Oeste .....                             | 63 |
| Gráfico 44 | Regime de Trabalho dos Professores - Região Sudeste .....                                  | 64 |
| Gráfico 45 | Regime de Trabalho dos Professores - Região Sul .....                                      | 64 |

## Lista de siglas

|        |                                                                                                                                              |
|--------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CAPES  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                                                                                  |
| CC     | Conceito de Curso                                                                                                                            |
| CI     | Conceito Institucional                                                                                                                       |
| CPA    | Comissão Própria de Avaliação                                                                                                                |
| CES    | Câmara de Ensino Superior                                                                                                                    |
| CNE    | Conselho Nacional de Educação                                                                                                                |
| CNS    | Conselho Nacional de Saúde                                                                                                                   |
| CONAES | Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior                                                                                          |
| CPC    | Conceito Preliminar de Curso                                                                                                                 |
| EAD    | Educação a Distância                                                                                                                         |
| e-MEC  | Sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação das IES e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos |
| ENADE  | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes                                                                                                  |
| ENC    | Exame Nacional de Cursos                                                                                                                     |
| ENEM   | Exame Nacional do Ensino Médio                                                                                                               |
| FIES   | Fundo de Financiamento Estudantil                                                                                                            |
| FNES   | Fórum Nacional de Educação Superior                                                                                                          |
| IDD    | Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado                                                                            |
| IES    | Instituições de Ensino Superior                                                                                                              |
| INEP   | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira                                                                       |
| IGC    | Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição                                                                                              |
| LDB    | Lei de Diretrizes e Bases da Educação                                                                                                        |
| MEC    | Ministério da Educação                                                                                                                       |
| OAB    | Ordem dos Advogados do Brasil                                                                                                                |
| OIT    | Organização Internacional do Trabalho                                                                                                        |
| PDE    | Plano de Desenvolvimento da Educação                                                                                                         |
| PDI    | Plano de Desenvolvimento Institucional                                                                                                       |

|        |                                                                                    |
|--------|------------------------------------------------------------------------------------|
| PNE    | Plano Nacional de Educação                                                         |
| PPC    | Projeto Pedagógico do Curso                                                        |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos                                                   |
| REUNI  | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SERES  | Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior                          |
| SESU   | Secretaria de Educação Superior                                                    |
| SETEC  | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica                                  |
| SINAES | Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior                                 |
| SISU   | Sistema de Seleção Unificada                                                       |
| UAB    | Universidade Aberta do Brasil                                                      |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura               |

## Sumário

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Introdução</b> .....                                                | 08 |
| <b>1. Delineamento da pesquisa</b> .....                               | 09 |
| <b>2. A regulação, supervisão e avaliação do ensino superior</b> ..... | 12 |
| 2.1. A autoavaliação das IES .....                                     | 14 |
| 2.2. A avaliação externa das IES e dos cursos .....                    | 15 |
| 2.3. O cadastro das IES .....                                          | 15 |
| 2.4. O censo da educação superior .....                                | 15 |
| 2.5. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) .....       | 16 |
| 2.6. A regulação e supervisão das IES e dos cursos .....               | 16 |
| 2.7. A avaliação das IES e dos cursos .....                            | 17 |
| <b>3. As condições do ensino superior em 2011</b> .....                | 19 |
| 3.1. A distribuição das IES no território nacional .....               | 19 |
| 3.2. As características acadêmico/administrativas das IES .....        | 27 |
| 3.3. A configuração e a disposição dos cursos de graduação .....       | 44 |
| 3.4. O acesso aos cursos: vagas, candidatos e ingressantes .....       | 53 |
| 3.5. O caminhar dos alunos: da matrícula à conclusão do curso .....    | 58 |
| 3.6. O perfil dos professores das IES .....                            | 59 |
| <b>4. Resultados do estudo e considerações</b> .....                   | 65 |
| <b>Referências</b> .....                                               | 73 |

## **Introdução**

Este produto é objeto de consultoria especializada que visa a apresentar novos subsídios para que o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) formulem estratégias para o contínuo aperfeiçoamento de suas políticas de regulação e supervisão das Instituições do Ensino Superior (IES).

Conforme descrição do produto, que prevê a elaboração de documento técnico contendo estudo analítico e estatístico dos dados do Censo da Educação Superior 2011, a estrutura do presente trabalho encontra-se constituída primeiramente por um breve relato sobre os aspectos metodológicos da investigação.

A síntese da legislação federal vigente no País relativa aos processos de regulação e supervisão das IES é o foco do segundo tópico.

O terceiro tópico apresenta os estudos estatísticos descritivos e de inferência sobre as condições das IES e de seus respectivos cursos no ano de 2011.

Por fim, no quarto tópico, serão abordados os principais desafios e as perspectivas da educação superior no Brasil, à luz das análises previamente realizadas por meio da exposição dos resultados de cada categoria elaborada no tópico 3 e de documentos oficiais que se detiveram no estudo do panorama das IES nacionais, bem como nos impactos de sua atuação nas diferentes regiões do País.



## 1. Delineamento da pesquisa

A pesquisa educacional no Brasil é uma atividade relativamente recente, não tendo mais que 80 anos. Nos primeiros anos, as investigações eram desenvolvidas predominantemente por meio da análise de dados quantitativos em centros de pesquisa ligados ao próprio governo, em razão da necessidade de se obter indicadores para tomar decisões de ordem política e administrativa e, até hoje a produção desses indicadores segue cumprindo uma função fundamental, tanto que este é um dos propósitos do presente trabalho.

A diversificação da forma de se fazer pesquisa, porém, se ampliou com a expansão do ensino superior e da pós-graduação. Os pesquisadores, especialmente os da área das Ciências Humanas e Sociais, passaram a adotar igualmente abordagens qualitativas para obter uma compreensão mais refinada e significativa dos fenômenos educacionais. Sendo assim, é inegável que ambas as abordagens têm seu valor e utilidade. Como afirma Bernardete A. Gatti (2006, p. 28):

É preciso considerar que os conceitos de quantidade e qualidade não são totalmente dissociados, na medida em que, de um lado, a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza), e de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, em si, seu significado é restrito.

De todo modo, a pesquisa científica, mesmo estando vinculada a uma abordagem qualitativa, segue procedimentos de análise que abrangem medidas e variáveis para o tratamento dos dados pertinentes ao problema da pesquisa.

No caso dessa investigação, o esforço foi canalizado para a interpretação e análise dos resultados de parte do trabalho realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que vem se dedicando, entre outras atividades, a delimitar dados que dão forma ao Censo da Educação Superior.

Sabe-se que é difícil identificar os agentes e fatores responsáveis por determinadas ações e resultados, ainda mais quando o objeto em estudo é a situação da educação superior em um País com as dimensões territoriais e diferenças socioeconômicas e culturais como o Brasil.

Os dados quantitativos organizados e analisados nesse relatório trazem alguns elementos para essa identificação. Não são determinantes, mas podem servir como referenciais para novas pesquisas ao serem integrados aos entendimentos, às dúvidas, às expectativas e às experiências dos envolvidos, visando ao que de fato todos almejam: que sejam instrumentos que colaborem para escolhas conscientes e ações consistentes de forma a reduzir as desigualdades na oferta e qualidade da

educação superior em todo o território nacional, impulsionando-a a alcançar níveis cada vez mais elevados de produção e disseminação de conhecimentos.

Passa-se agora à explanação de como foi planejada a sequência metodológica dessa pesquisa, que começou com uma análise da legislação vigente no País relativa aos processos de regulação e supervisão das IES. Por meio desse levantamento, foi possível identificar e compreender as variáveis que compõem a estrutura do sistema e-MEC, bem como do Censo da Educação Superior elaborado pelo INEP.

Como o eixo desse trabalho consistia na articulação entre oferta e qualidade da educação superior brasileira, para dar continuidade à investigação, foram selecionados os seguintes conjuntos de variáveis constantes no sistema e documento analisados:

- Localização das IES;
- Organizações acadêmicas das IES;
- Categorias administrativas das IES;
- Áreas de conhecimento dos cursos de graduação;
- Índice Geral dos Cursos (IGC);
- Vagas, candidatos e ingressantes nos cursos;
- Matriculados e concluintes nos cursos;
- Grau de formação e regime de trabalho dos professores das IES.

A consulta aos documentos alusivos ao tema<sup>1</sup> e o estudo das variáveis acima indicadas colaboraram para a definição das seguintes categorias de análise:

1. A distribuição das IES no território nacional;
2. As características acadêmico/administrativas das IES;
3. A configuração e a disposição dos cursos de graduação;
4. O acesso aos cursos: vagas, candidatos e ingressantes;
5. O caminhar dos alunos: da matrícula à conclusão do curso;
6. O perfil dos professores das IES.

---

<sup>1</sup> Entre os documentos estudados, ressaltam-se: Desafios e perspectivas da Educação Superior Brasileira, disponível em <[http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/desafios\\_e\\_perspectivas\\_da\\_educacao\\_superior\\_brasileira\\_para\\_a\\_proxima\\_decada\\_pdf\\_only/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/desafios_e_perspectivas_da_educacao_superior_brasileira_para_a_proxima_decada_pdf_only/)>; e Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2010, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/centso-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>.

É importante salientar que a interpretação das variáveis individualizadas teve como finalidade registrar a incidência de ocorrências, ausências, oposições e aproximações dos objetos em estudo. Por isso, os resultados dessas interpretações não se configuraram em conclusões determinantes, mas sim em elementos valiosos que, equacionados, colaboraram para a composição de uma análise mais crítica e fundamentada sobre a pauta deste trabalho.

Devido ao grande volume de dados decorrentes da dimensão do País, para apresentar um estudo pormenorizado, nas seções 1 e 2 optou-se por seguir a mesma sistemática utilizada pelo INEP para elaborar da Sinopse do Censo da Educação Superior, fonte principal dessa pesquisa. Diante do exposto, para averiguar a distribuição das IES, suas sedes foram classificadas por regiões e estados e, ainda, pelas unidades presentes na capital e no interior.

Compete explicar que essa classificação, apesar de interessante, encerra algumas limitações. É compreensível que estados com pequenas dimensões territoriais no que compete ao tamanho do País não necessariamente ofereçam grande número de IES no interior, desde que as IES estejam bem localizadas e que atendam de forma satisfatória a população do entorno.

Há que se considerar também a oferta de cursos na modalidade a distância (EAD), que vêm cumprir o importante papel, entre outras atribuições, de proporcionar acesso ao ensino superior para a população que se encontra em localidades mais remotas e de difícil acesso aos grandes centros urbanos.

Por motivo do recorte estabelecido, o detalhamento da influência da EAD para minimização das carências de oferta de cursos não foi abarcado na presente pesquisa, pois seria necessário fazer um cuidadoso estudo demográfico de cada estado. No entanto, considerou-se pertinente apresentar, pelo menos, os resultados dessa classificação que discrimina a presença das IES nas capitais e no interior para obter uma visão geral da distribuição das IES no País.

Nas seções 3, 4, 5 e 6, do mesmo modo, foram utilizados os parâmetros da Sinopse: as organizações acadêmicas, a categorização dos cursos por áreas e subáreas de conhecimento, as categorias administrativas e a distribuição geográfica das IES havendo alternâncias entre os mesmos conforme os dados que se encontravam disponíveis nesse documento e as respostas almejadas para a pesquisa.

Ainda no que tange à consulta da Sinopse, na análise dos dados para elaboração das tabelas e gráficos da seção 3, foram encontradas algumas diferenças

nas totalizações de cursos por áreas e subáreas de conhecimento. Tais diferenças foram corrigidas nesse estudo para garantir a fidedignidade dos resultados obtidos.

Uma vez finalizada a etapa de disposição das informações estatísticas referentes aos dados do Censo da Educação Superior 2011, no último tópico deste trabalho, *Resultados do estudo e projeções*, as mesmas categorias de análise foram ponderadas, mas sob outro patamar.

Associaram-se as inferências e descrições do tópico anterior às pesquisas prospectivas sobre a educação superior brasileira para apresentar um parecer acerca de suas condições atuais e também oferecer sugestões de ações que possam favorecer o trabalho de ampliação e melhoria da rede de IES do País.

## **2. A regulação, supervisão e avaliação do ensino superior**

Este tópico apresenta uma sintética descrição da legislação federal referente ao Ensino Superior brasileiro com ênfase aos instrumentos jurídicos concernentes aos processos de regulação, supervisão e avaliação das IES vigentes no País.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) postula-se que o ensino em qualquer etapa da escolarização deve ser ministrado com base no princípio da garantia de padrão de qualidade (Art. 206, II), de modo que seja livre à iniciativa privada, mas atendido pelas condições de autorização e avaliação da qualidade pelo poder público (Art. 209, II).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB - Lei nº 9.394/96) estabelece como incumbência da União:

- Coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação (Art. 9º, V);
- Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (Art. 9º, VI);
- Baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação (Art. 9º, VII);
- Assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino (Art. 9º, VIII);
- Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino (Art. 9º, IX).

A Lei nº 9.131/95 cria o CNE e institui como atribuições do Ministério da Educação a formulação e avaliação da política nacional de educação com o objetivo de zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que o regem.

No mesmo ano em que foi criado, o CNE deu início ao processo de implantação de um sistema de avaliação do Ensino Superior ao estabelecer o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Provão”. O Provão caracterizava-se por ser um exame nacional de periodicidade anual pautado em conteúdos mínimos estabelecidos e aplicado aos alunos em fase de conclusão dos cursos.

A partir do Provão, outras iniciativas do CNE foram formalizadas para criar bases institucionais para as atividades de regulação, supervisão e avaliação das instituições e dos cursos de Ensino Superior. Atualmente, a legislação vigente relativa a estas atividades é composta pelos seguintes instrumentos:

- Lei nº 10.861/2004;
- Decreto nº 5.773/2006;

- Portaria Normativa nº 40/2007;
- Portaria Normativa nº 4/2008;
- Portaria Normativa nº 12/2008.

A Lei 10.861/2004 institui o SINAES, que é o processo nacional de avaliação de três componentes: as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. Seus principais objetivos são:

- Identificar mérito e valor de instituições, áreas, cursos e programas, nas dimensões de ensino, pesquisa, extensão, gestão e formação;
- Melhorar a qualidade da educação superior e orientar a expansão da oferta;
- Promover a responsabilidade social das IES, respeitando sua identidade institucional e a autonomia.

Para alcançar esses objetivos, o SINAES propõe uma avaliação institucional integrada por diversos instrumentos. Esses instrumentos, bem como os procedimentos de regulação, supervisão e avaliação são explanados a seguir, conforme a ordem abaixo:

- 2.1. A autoavaliação das IES;
- 2.2. A avaliação externa das IES e dos cursos;
- 2.3. O cadastro das IES;
- 2.4. O censo da educação superior;
- 2.5. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);
- 2.6. A regulação e supervisão das IES e dos cursos;
- 2.7. A avaliação das IES e dos cursos.

## **2.1. A autoavaliação das IES**

Segundo a Lei Nº 10.861/2004, cada IES deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável pelo planejamento, organização e promoção dos processos internos de avaliação institucional e dos cursos superiores.

Cabe à CPA a elaboração do relatório de autoavaliação da IES, que deve seguir a sugestão de roteiro elaborado pelo INEP e aprovado pela CONAES. Esse roteiro contém, além dos dados de identificação das IES, os elementos mínimos sobre suas estratégias de trabalho:

- a) As ações planejadas;
- b) As ações realizadas;
- c) Os resultados alcançados, destacando as fragilidades e as potencialidades;

- d) Identificação de como são incorporados estes resultados ao planejamento da gestão acadêmico-administrativa;
- e) Descrição das ações e dos resultados concernentes a cada uma das dez dimensões contidas na Lei que institui o SINAES (Lei Nº 10.861/2004).

## **2.2. A avaliação externa das IES e dos cursos**

A avaliação externa é realizada *in loco* por comissões do INEP compostas por membros pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.

Para as IES, os examinadores utilizam como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação.

Quanto aos cursos, são observadas três dimensões vinculadas ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas.

## **2.3. O cadastro das IES**

O cadastro das IES, de acordo com as orientações do INEP e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), contém dados alimentados pelas próprias IES, que são matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional. Formam também a base para a orientação permanente de pais, pois a partir dele pode ser verificado o desempenho dos cursos e das IES.

Em face disso, todos os pedidos de credenciamento e reconhecimentos das IES e de autorização, renovação e reconhecimento de cursos, além dos processos de aditamento, são feitos e consultados por meio do e-MEC, sistema eletrônico disponibilizado na web em funcionamento desde janeiro de 2007.

## **2.4. O Censo da Educação Superior**

Com a validação das informações prestadas pelas IES e disponibilizadas no e-MEC, o INEP elabora sinopses estatísticas, bem como resumos técnicos do Censo, que são periodicamente publicados.

Esses documentos são instrumentos que podem trazer importantes elementos de análise e reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral e, por essa razão, as informações censitárias vêm integrando também os processos de avaliação institucional interna e externa.

## **2.5. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)**

Além da autoavaliação das IES, o SINAES aprimorou o instrumento de avaliação do desempenho dos alunos dos cursos de graduação. Em substituição ao Provão, em 2003 foi instituído o ENADE.

Este exame tem como objetivo aferir o rendimento dos alunos de todos os cursos de graduação ao final do primeiro e do último ano. Os alunos ingressantes participam de uma prova geral. Os alunos concluintes realizam uma prova específica que avalia seus conhecimentos pertinentes aos conteúdos programáticos, assim como as habilidades e competências adquiridas.

A avaliação no ENADE é expressa por meio de conceitos ordenados numa escala de cinco níveis, tomando por base os padrões mínimos estabelecidos por especialistas em cada área do conhecimento.

## **2.6. A regulação e supervisão das IES e dos cursos**

No Decreto 5.773/2006 e na Portaria Normativa nº 40, estão estabelecidas as funções e formas de tramitação dos processos de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e de cursos de graduação e sequenciais, tendo como referencial a avaliação realizada pelo SINAES.

Acerca das atividades de regulação, dispõe-se que as IES passam por avaliação de credenciamento e reconhecimento. Já nos cursos de educação superior, há três tipos de avaliação: para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

Nas atividades de supervisão, estabelece-se a dinâmica de verificação de irregularidades e decisão quanto aos respectivos processos administrativos e atos autorizativos.

Tanto as atividades de regulação como as de supervisão são desenvolvidas com base na avaliação interna e externa das IES, de seus cursos e do desempenho dos estudantes.



Para o credenciamento e credenciamento da IES, exige-se a aprovação dos documentos fiscais, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do regimento ou estatuto; da identificação dos integrantes do corpo dirigente e da avaliação *in loco*.

Já a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos exigem a aprovação, por parte da Secretaria competente, do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), da relação de docentes compromissados com a instituição, do comprovante de disponibilidade do imóvel, bem como a avaliação *in loco*.

No caso de cursos tecnológicos de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, esses processos ainda estão sujeitos à consulta prévia das respectivas secretarias ou de órgãos reguladores: Secretaria Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A oferta de cursos EAD é um caso de credenciamento específico. Possui termos de regulamentação própria, sendo que o pedido observará os requisitos pertinentes ao credenciamento de instituições e será instruído pela Secretaria de Educação Superior (SESU) ou pela SETEC, conforme o caso.

## **2.7. A avaliação das IES e dos cursos**

Como no ENADE, a cada uma das dimensões previstas na autoavaliação e na avaliação externa também são atribuídos conceitos numa escala de cinco níveis.

Ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES, que compreende a realização periódica de avaliação de instituições e cursos, devem ser solicitados o credenciamento das instituições e a renovação do reconhecimento dos cursos.

O indicador de qualidade nas atividades de supervisão e regulação das IES é o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), resultado da média ponderada do Conceito Preliminar de Curso (CPC), no caso dos cursos de graduação, e do conceito atribuído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), aplicado aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O CPC deriva da média de diferentes medidas da qualidade de um curso. As medidas utilizadas são:

- O desempenho dos alunos ingressantes e concluintes no ENADE;
- O Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), média entre a nota do aluno no ingresso e no fim do curso, além da

opinião dos estudantes sobre a IES com relação a infraestrutura, instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, titulação dos professores, e o questionário do estudante, preenchido pelos participantes do ENADE em determinado ciclo avaliativo;

- As variáveis de insumo, compostas por informações do Censo da Educação Superior e pelas respostas ao questionário socioeconômico do ENADE.

O Conceito CAPES, por sua vez, analisa documentos da IES que trazem dados qualitativos sobre a produção técnica, bibliográfica e artística, disciplinas, projetos de pesquisa, informações sobre o corpo docente, teses e dissertações, entre outros dados que completam o quadro de critérios que garantem o bom nível dos cursos de pós-graduação.

O credenciamento das IES e a renovação de reconhecimento dos cursos são prorrogados quando o CPC e os três últimos IGC são considerados satisfatórios e quando não há medida de supervisão em vigor.

A composição da comissão de avaliação in loco levará em consideração a complexidade e amplitude do curso ou da instituição e o credenciamento ou a renovação de credenciamento das instituições de educação superior. O reconhecimento ou a renovação de reconhecimento de cursos de graduação terão prazo de validade de até cinco anos, exceção feita às universidades, para as quais esse prazo será de até dez anos.

Os resultados considerados insatisfatórios devem servir como referência à celebração do protocolo de compromisso e termo de saneamento de deficiências firmado entre a IES e o MEC. Esses documentos definem, além do diagnóstico das condições da instituição da IES e dos cursos, os processos e ações que devem ser adotados para superar as dificuldades detectadas, a comissão de acompanhamento, as metas a serem cumpridas e prazo para seu cumprimento com a finalidade de saná-las.

O descumprimento dessas indicações pode gerar processo administrativo para aplicação de penalidades: desativação de cursos e habilitações; intervenção, suspensão temporária de prerrogativas da autonomia e descredenciamento.

A reavaliação adota o mesmo instrumento aplicável às avaliações do curso ou instituição e afere novo Conceito de Curso (CC) e/ou o Conceito Institucional (CI).

### 3. As condições do ensino superior em 2011

Este tópico traz o levantamento, a sistematização e a análise de dados contidos no Censo da Educação Superior 2011 referentes às características das IES e dos seus respectivos cursos.

Para subsidiar a pesquisa, também foram selecionados dados populacionais fornecidos pelo IBGE, bem como os IGC das IES informados no relatório anual fornecido pelo INEP, que tem como base os dados cadastrados no e-MEC.

Conforme apresentado no tópico 1, *Delineamento da pesquisa*, esse estudo foi estruturado com as seguintes seções de análise:

- 3.1. A distribuição das IES no território nacional;
- 3.2. As características acadêmico/administrativas das IES;
- 3.3. A classificação dos cursos de graduação;
- 3.4. O acesso aos cursos: vagas, candidatos e ingressantes;
- 3.5. O caminhar dos alunos: da matrícula à conclusão do curso;
- 3.6. O perfil dos professores das IES.

#### 3.1. A distribuição das IES no território nacional

Nesta seção, é apresentado um panorama da distribuição das IES no País considerando apenas a localização de suas sedes<sup>2</sup>. Dessa forma, dá-se início ao estudo partindo de uma visão macro, por regiões, como indicado no gráfico abaixo:

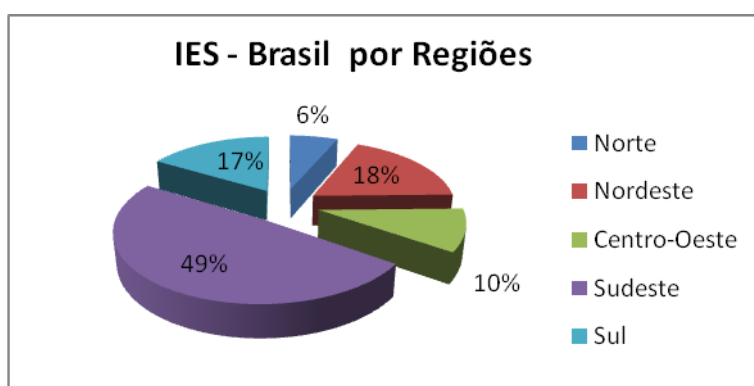


Gráfico 1 - IES - Brasil por Regiões.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

---

<sup>2</sup> Os pólos de apoio presencial das IES que oferecem cursos na modalidade a distância ainda não estão discriminados na Sinopse do Censo de Educação Superior 2011.

O gráfico 1 exibe a grande concentração de IES na região Sudeste, com 49% do total do País. Cabe ressaltar, porém, que os últimos Censos da Educação Superior registram que as regiões Sudeste e Sul vêm sofrendo decréscimo de participação visto que ações governamentais recentes têm buscado expandir a oferta e a democratização do ensino superior com a finalidade de diminuir as desigualdades no território nacional.

Os tópicos subsequentes analisam a oferta das IES por região.

### Região Norte

Composta pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, a região Norte possui 8% da população do Brasil. Suas 152 IES representam 6% da totalidade de IES do País.

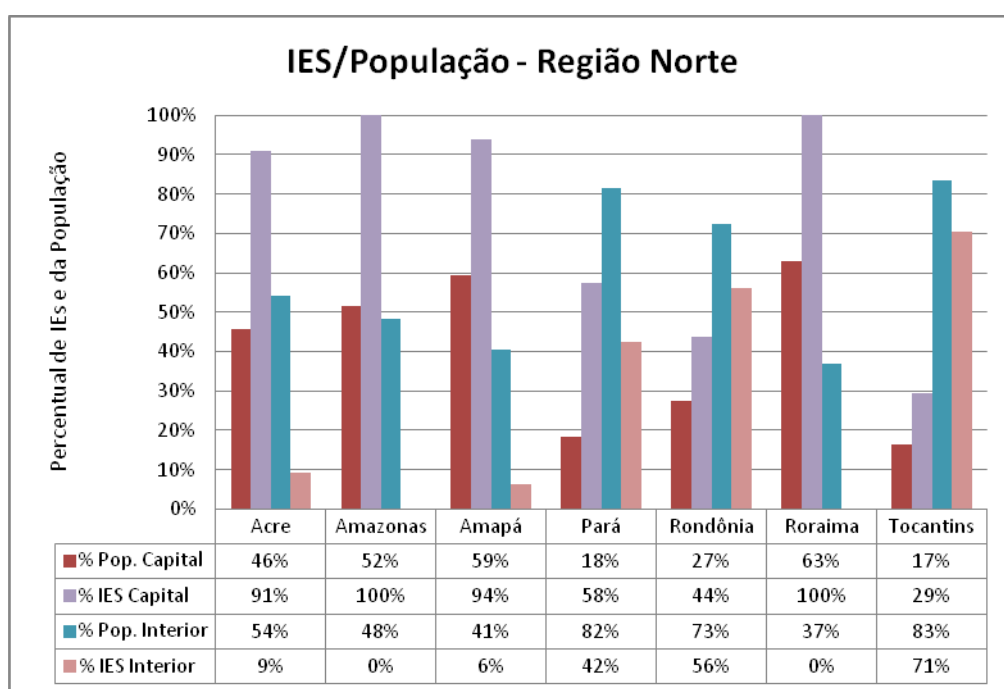


Gráfico 2 - IES/População - Região Norte.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

No gráfico 2, nota-se que, exceto os estados de Tocantins, Pará e Rondônia, que apresentam uma proporção contrabalançada entre IES e população tanto na capital como no interior, os demais estados demonstram desequilíbrios, alguns bastante evidentes, como é o caso do Amazonas e de Roraima, que oferecem IES somente nas capitais, ainda que mais de 30% de seus habitantes vivam no interior.

Acre e Amapá seguem esse mesmo perfil. Boa parte da população desses estados vive no interior (54% e 41%), mas o número de IES para atendê-la é bastante reduzido (9% e 6%).

Nessa análise, há que se considerar que a região Norte, apesar de sua grande extensão territorial, é a segunda região menos povoada do País. Mesmo contando com grandes pólos industriais, a ocupação e mobilização humana é dificultada pelas densas florestas, que deixam praticamente isoladas diversas cidades e comunidades.

Mesmo com fatores geográficos que justificam a dificuldade de acesso ao ensino superior na região, os dados da tabela 1 apontam novos elementos para reflexão:

| <b>Habitantes/IES - Região Norte</b> |                    |                  |                       |
|--------------------------------------|--------------------|------------------|-----------------------|
| <b>Estado</b>                        | <b>Habitantes</b>  | <b>Nº de IES</b> | <b>habitantes/IES</b> |
| Acre                                 | 733.559            | 11               | 66.687                |
| Amazonas                             | 3.483.985          | 19               | 183.368               |
| Amapá                                | 669.526            | 16               | 41.845                |
| Pará                                 | 7.581.051          | 33               | 229.729               |
| Rondônia                             | 1.562.409          | 32               | 48.825                |
| Roraima                              | 450.479            | 7                | 64.354                |
| Tocantins                            | 1.383.445          | 34               | 40.690                |
| <b>Região</b>                        | <b>15.864.454</b>  | <b>152</b>       | <b>104.371</b>        |
| <b>Brasil</b>                        | <b>190.755.799</b> | <b>2.365</b>     | <b>80.658</b>         |

Tabela 1 - Habitantes/ IES - Região Norte.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

Nos estados mais populosos, Amazonas e Pará, nota-se que a proporção habitantes/IES<sup>3</sup> é muito maior que a média nacional (uma IES para 80.658 habitantes). Amazonas supera esse indicador em 127% e Pará, em 185%.

Por outro lado, verifica-se que os estados do Amapá, Rondônia e Tocantins apresentam números que os elencam entre os melhores do Brasil nesse quesito. A proporção de habitantes/IES nesses estados é de aproximadamente 38%, 49% e 50% mais baixa que a média do País.

### Região Nordeste

Os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe configuram a região Nordeste e somam 28% da população do Brasil. Suas 432 IES representam 18% da totalidade de IES do País. O gráfico 3 complementa a análise ao apresentar mais detalhes sobre a distribuição de IES nessa região:

<sup>3</sup> Optou-se por usar o termo *Habitantes* ao invés de *População* na unidade de medida habitantes/IES para diferenciação em relação à unidade identificada por IES/população.

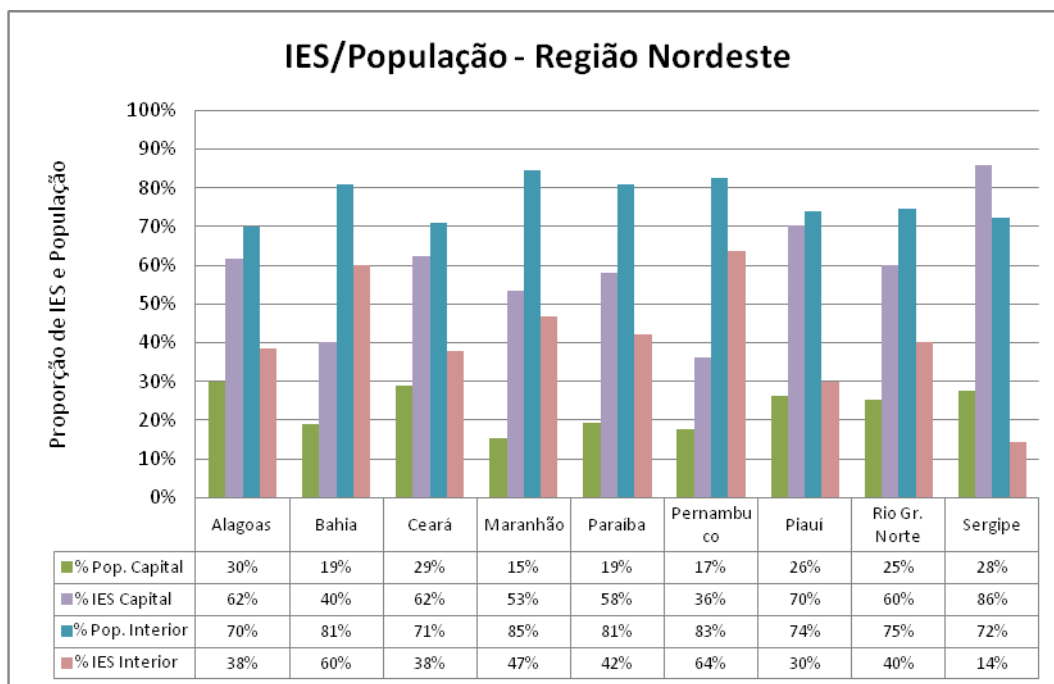


Gráfico 3 - IES/População - Região Nordeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 3 sinaliza que na região Nordeste as IES estão concentradas nas capitais dos estados, sendo que em alguns deles essa concentração é muito maior que a média brasileira (35%). Os casos mais significativos são Sergipe e Piauí, com 86% e 70% do total de suas IES nas capitais.

Bahia e Pernambuco, em oposição, são os estados com menor diferença entre a oferta de IES na capital e no interior (40% e 60%; 36% e 64%, respectivamente). Mesmo assim, ambos ultrapassam a média nacional.

A tabela 2 exhibe que a região Nordeste possui proporções habitantes/IES muito superiores à média nacional, sendo que o estado que apresenta a melhor proporção é o Piauí, que ainda se encontra 4,5% acima da média nacional. Os demais estados da região superam a média brasileira de habitantes/IES em uma variação de 16% (Pernambuco) a 172% (Maranhão).

| Habitantes/IES - Região Nordeste |             |       |         |
|----------------------------------|-------------|-------|---------|
| Bahia                            | 14.016.906  | 115   | 121.886 |
| Ceará                            | 8.452.381   | 53    | 159.479 |
| Maranhão                         | 6.574.789   | 30    | 219.160 |
| Paraíba                          | 3.766.528   | 38    | 99.119  |
| Pernambuco                       | 8.796.448   | 94    | 93.579  |
| Piauí                            | 3.118.360   | 37    | 84.280  |
| Rio Gr. do Norte                 | 3.168.027   | 25    | 126.721 |
| Sergipe                          | 2.068.017   | 14    | 147.716 |
| Região                           | 53.081.950  | 432   | 122.875 |
| Brasil                           | 190.755.799 | 2.365 | 80.658  |

Tabela 2 - Habitantes/ IES - Região Nordeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

### Região Centro-Oeste

Composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como pelo Distrito Federal, a região Centro-Oeste possui 7% da população do Brasil, e suas 235 IES representam 10% da totalidade de IES do País. O gráfico abaixo aponta outros aspectos acerca da distribuição de IES nessa região:

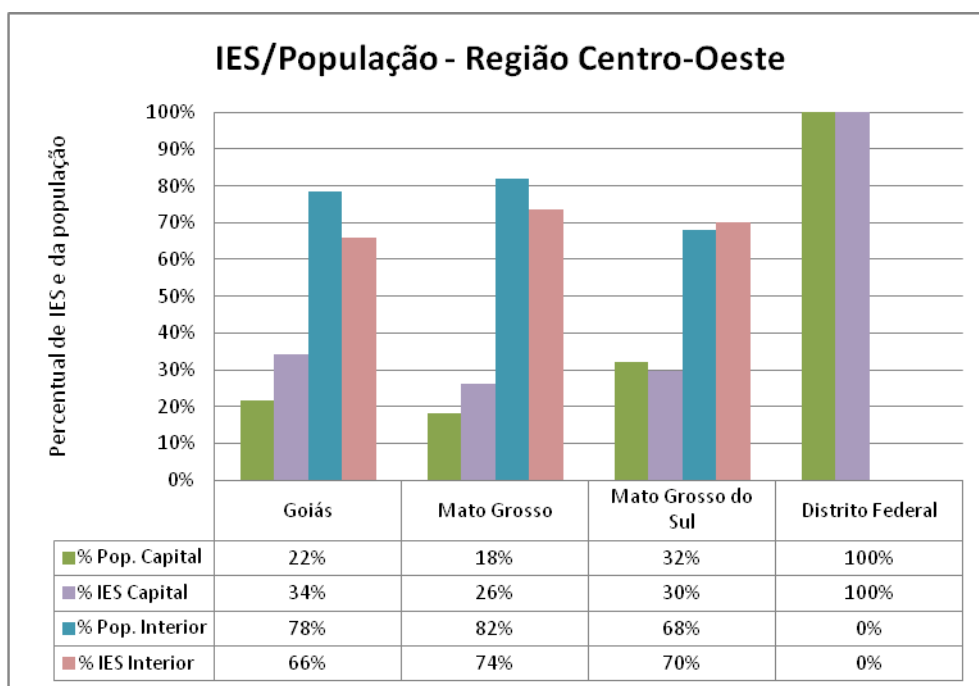


Gráfico 4 - IES/População - Região Centro-Oeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 4 revela que os três estados da Região Centro-Oeste apresentam um número equilibrado de IES na capital e no interior.

O Distrito Federal, por sua característica singular, é identificado no IBGE como um município. Ainda que existam vários subdistritos no entorno, eles são parte integrante de Brasília. Por essa razão, todas as IES estão na capital e representam 25% do total de IES da região.

A tabela 3 corrobora a ideia sobre a distribuição das IES ao apontar que o Distrito Federal tem o melhor resultado habitantes/IES da região, 46% mais baixo que a média nacional.

Os demais estados também oferecem bons resultados na relação habitantes/IES, sendo que Goiás, o estado mais populoso, é o que detém o percentual menos favorável, 9% abaixo da média nacional.

| Habitantes/IES - Região Centro-Oeste |             |           |                |
|--------------------------------------|-------------|-----------|----------------|
| Estado                               | Habitantes  | Nº de IES | habitantes/IES |
| Goiás                                | 6.003.788   | 82        | 73.217         |
| Mato Grosso                          | 3.035.122   | 57        | 53.248         |
| Mato Grosso do Sul                   | 2.449.024   | 37        | 66.190         |
| Distrito Federal                     | 2.570.160   | 59        | 43.562         |
| Região                               | 14.058.094  | 235       | 59.822         |
| Brasil                               | 190.755.799 | 2.365     | 80.658         |

Tabela 3 - Habitantes/ IES - Região Centro-Oeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

### Região Sudeste

Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que formam a região Sudeste. Juntos, acolhem 42% da população do Brasil, e suas 1.157 IES representam 49% da totalidade de IES do País.

O gráfico 5 deixa em evidência que na região Sudeste há uma balanceada distribuição de IES tanto nas capitais como no interior dos estados, sendo que o estado do Espírito Santo é o que apresenta a maior disparidade, ao concentrar 30% das IES na capital, quando ela abriga apenas 9% da população do estado.



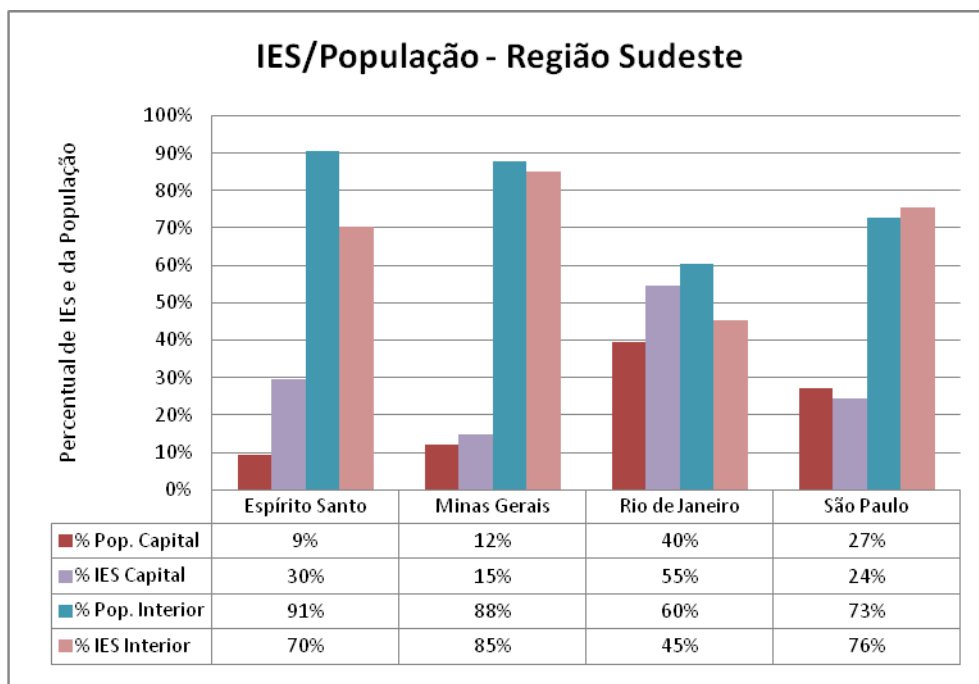


Gráfico 5 - IES/População - Região Sudeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

Essa análise, porém, ganha outras conotações com os dados da tabela 4, em que pode ser observado que o estado do Espírito Santo, apesar de não ter suas IES distribuídas uniformemente entre capital e interior, apresenta a melhor relação habitantes/IES da região e do País com um percentual 50,5% inferior à média nacional.

Rio de Janeiro, por seu lado, é o único estado da região que extrapola essa média, com um percentual 45% maior.

| Habitantes/IES – Região Sudeste |             |           |                |
|---------------------------------|-------------|-----------|----------------|
| Estado                          | Habitantes  | Nº de IES | habitantes/IES |
| Espírito Santo                  | 3.514.952   | 88        | 39.943         |
| Minas Gerais                    | 19.597.330  | 355       | 55.204         |
| Rio de Janeiro                  | 15.989.929  | 137       | 116.715        |
| São Paulo                       | 41.262.199  | 577       | 71.512         |
| Região                          | 80.364.410  | 1157      | 69.459         |
| Brasil                          | 190.755.799 | 2.365     | 80.658         |

Tabela 4 - Habitantes/ IES - Região Sudeste.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

## Região Sul

Composta pelos estados de Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a região Sul possui 14% da população do Brasil. Suas 389 IES representam 16% da totalidade de IES do País.

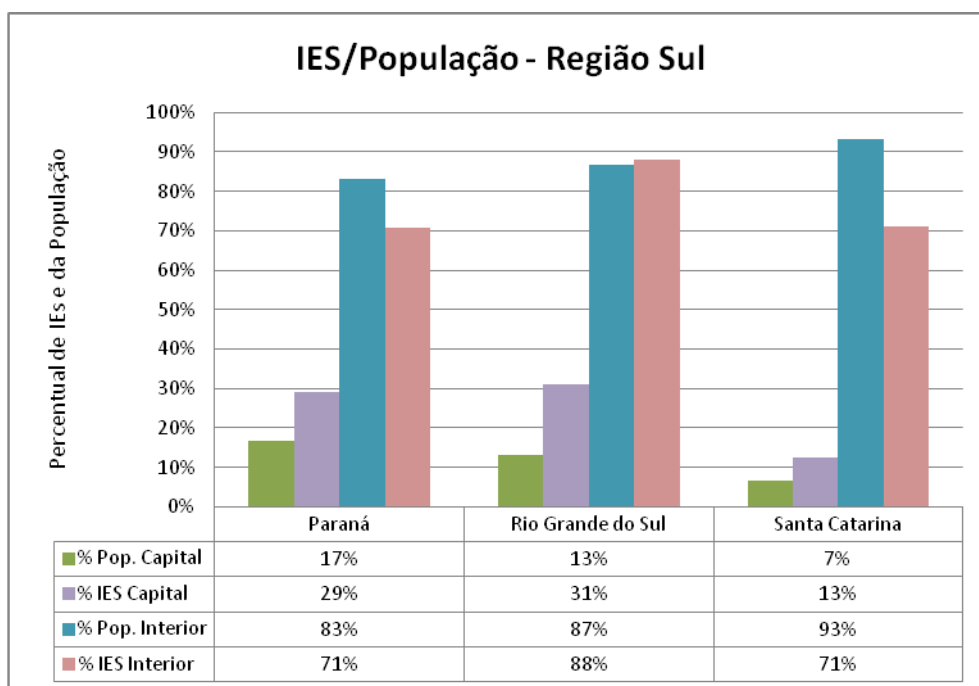


Gráfico 6 - IES/População - Região Sul.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 6 traz mais detalhes sobre a distribuição de IES nessa região ao distinguir Rio Grande do Sul como o estado com melhor equilíbrio na oferta de IES entre interior e capital. No Paraná e em Santa Catarina, em contrapartida, observa-se uma discreta defasagem de IES no interior.

Os dados da tabela 5, porém, revelam que o Rio Grande do Sul, apesar de contar com uma boa distribuição de IES na capital e no interior, apresenta a relação habitantes/IES mais desfavorável da região com um percentual de 43% acima da média nacional.

Paraná e Santa Catarina possuem números semelhantes. Estão 30% abaixo da média de habitantes/IES do Brasil.

| Habitantes/IES – Região Sul |             |           |                |
|-----------------------------|-------------|-----------|----------------|
| Estado                      | Habitantes  | Nº de IES | habitantes/IES |
| Paraná                      | 10.444.526  | 185       | 56.457         |
| Rio Grande do Sul           | 10.693.929  | 93        | 114.988        |
| Santa Catarina              | 6.248.436   | 111       | 56.292         |
| Região                      | 27.386.891  | 389       | 70.403         |
| Brasil                      | 190.755.799 | 2.365     | 80.658         |

Tabela 5 - Habitantes/ IES - Região Sul.  
Fontes: IBGE e Censo da Educação Superior 2011.

### 3.2. As características acadêmico/administrativas das IES

Nesta seção, os estudos concentram-se nas características acadêmico-administrativas das IES. Começando pelas organizações acadêmicas, as IES estão configuradas da seguinte forma no âmbito nacional:

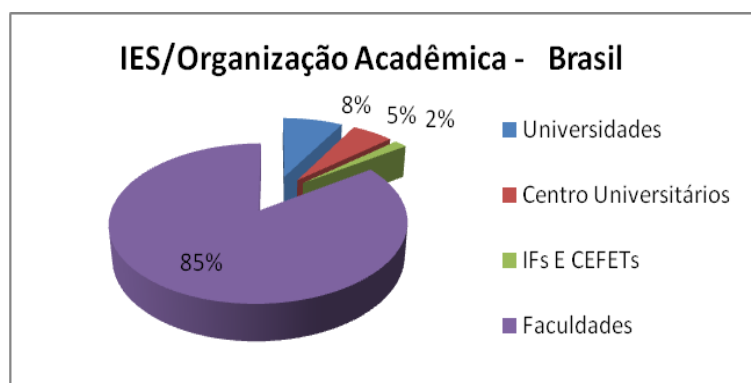


Gráfico 7 - IES/Organização Acadêmica - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Observa-se no gráfico 7 que as universidades representam 8% do total de IES do País. Os centros universitários, os IFs e os CEFETs somam juntos 7%, mas a maior parte das IES são faculdades (85%).

Quanto às categorias administrativas, a situação apresentada no Censo 2011 é a seguinte:

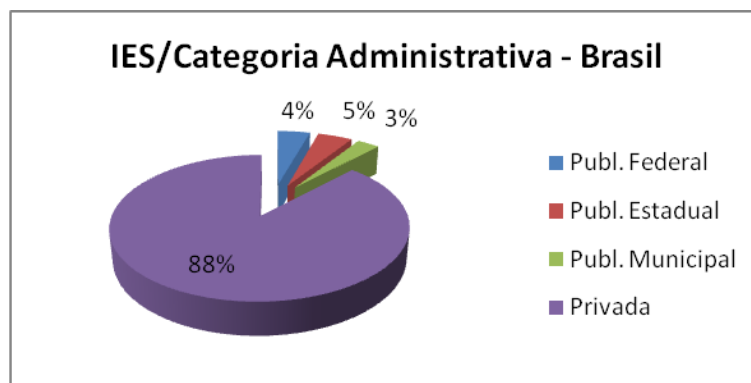


Gráfico 8 - IES/Categoria Administrativa - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Nota-se, no gráfico 8, que a maioria das IES no Brasil (88%) é privada. Entre as IES públicas há uma ligeira predominância das estaduais (5%) sobre as federais (4%) e municipais (3%).

Para dar prosseguimento ao estudo, como as faculdades são muito numerosas no País, elas foram analisadas separadamente das universidades, centro universitários, IFs e CEFETs.

A integração das três variáveis, *organizações acadêmicas, categorias administrativas e localização das IES entre capital e interior*, assinala mais algumas características da oferta da educação superior no País, como pode ser observado nos gráficos subsequentes:

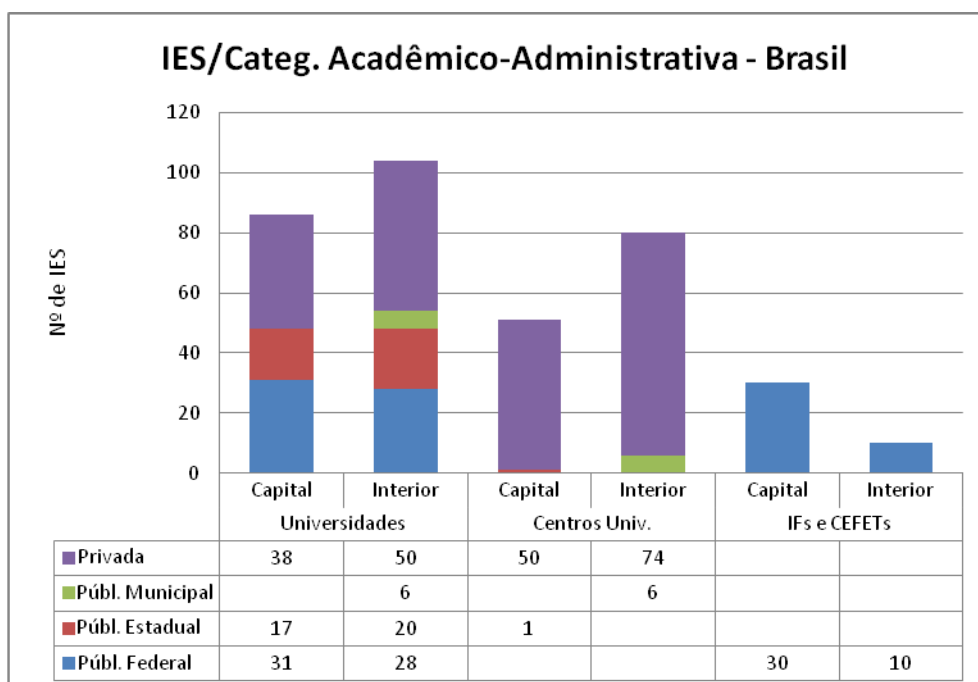


Gráfico 9 - IES/Categoria Acadêmico-Administrativa - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 9 revela que as universidades públicas, de modo geral, estão bem distribuídas entre capital e interior, fato que ocorre igualmente com as privadas. Ainda em relação às universidades, as municipais, que correspondem a apenas 6,3% do total das universidades no País, distinguem-se por serem iniciativas exclusivas dos municípios do interior.

Os IFs e CEFETs estão mais centralizados nas capitais (75%), enquanto os centros universitários estão em maior quantidade no interior (61%) e são, em sua maioria, privados (97%).

As faculdades, por sua vez, apresentam as seguintes características acadêmico-administrativas:

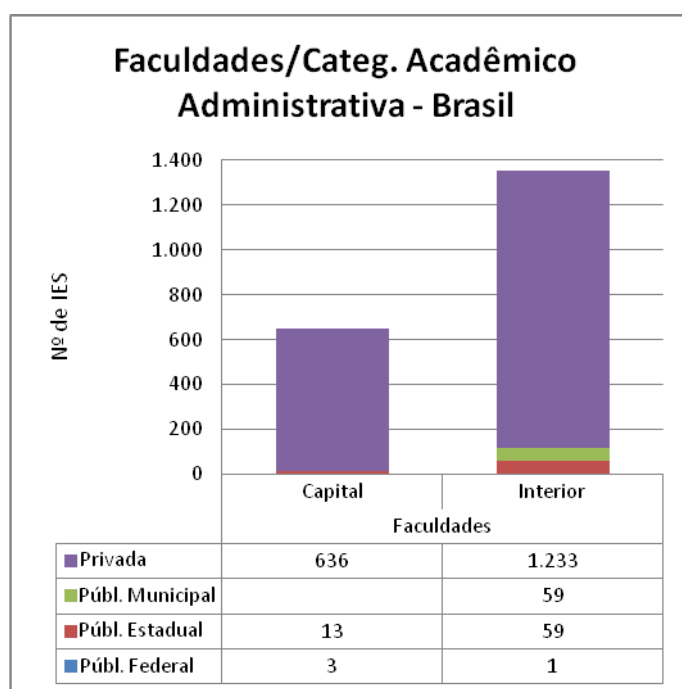


Gráfico 10 - Faculdades/Categoria Acadêmico-Administrativa - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 10 aponta que as faculdades, mesmo tendo grande representatividade nas capitais (33%), estão mais concentradas no interior (67%). O gráfico também reforça a prevalência das faculdades privadas em comparação às públicas, correspondendo a 93% do total, sendo que nas capitais há somente faculdades privadas. No interior, elas também são maioria, 91%.

Para fazer uma análise mais detalhada da distribuição das IES, os estados foram estudados dentro de suas respectivas regiões e, como subsídios para essa investigação, buscaram-se os dados populacionais fornecidos pelo IBGE, o número de IES presentes na capital e no interior de cada estado, assim como seus respectivos

indicadores de qualidade (IGC), conforme informações do Censo da Educação Superior 2011 e do e-MEC<sup>4</sup>.

### Região Norte

Na região Norte, como indicado no gráfico 11, somente Tocantins oferece faculdades públicas (5), todas elas no interior.

As faculdades privadas, por outro lado, estão presentes em todas as capitais, numa quantidade que varia de quatro a 13 unidades por capital. No interior, Amazonas e Roraima não as oferecem. No Acre e em Roraima, sua presença se resume a uma unidade em cada estado. Tocantins, Rondônia e Pará diferem-se por apresentar números significativos de faculdades privadas (18, 17 e 12, respectivamente).

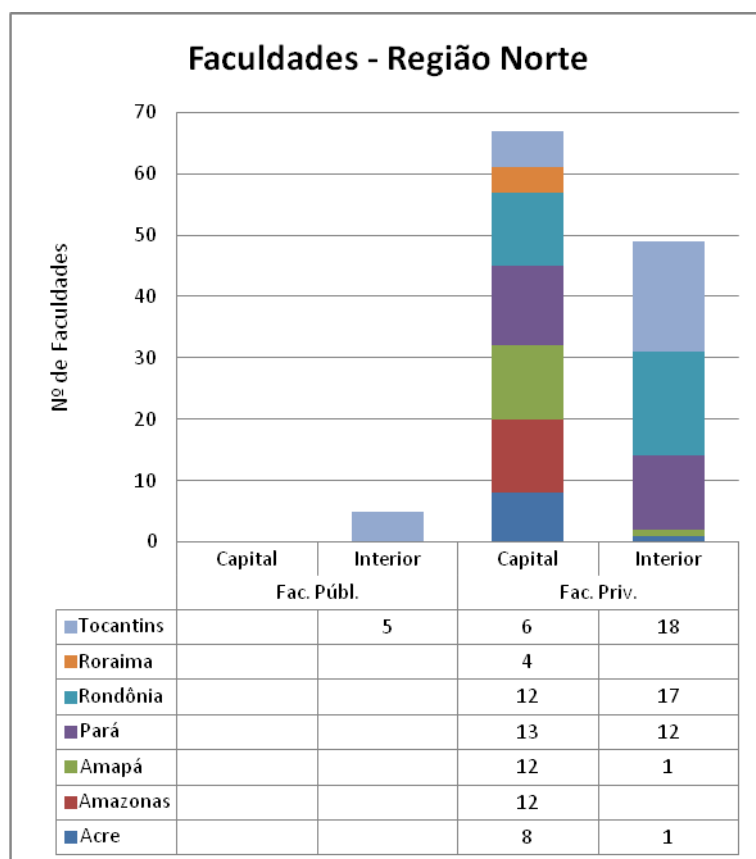


Gráfico 11 - Faculdades - Região Norte.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

<sup>4</sup> Na organização das informações estatísticas sobre o IGC, não foram consideradas as IES sem conceito e as que estão sob investigação conforme indicação da Tabela ICG 2011 disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>>.

Quanto à oferta de universidades, verifica-se no gráfico 12 que todos os estados são contemplados com universidades públicas e que elas se localizam exclusivamente nas capitais, com exceção do Pará, que além de contar com três na capital, possui outra universidade pública no interior. Sobre as universidades privadas, elas estão presentes apenas nas capitais dos estados do Amazonas e do Pará.

O gráfico 12 também informa a situação dos centros universitários da região. Há apenas um centro universitário público que se encontra no interior de Tocantins. Amazonas, Pará e Tocantins possuem centros universitários privados em suas capitais. Pará e Rondônia possuem uma unidade dessa categoria no interior.

Acerca da categoria IFs e CEFETs, todos os estados são servidos por uma unidade nas suas respectivas capitais.

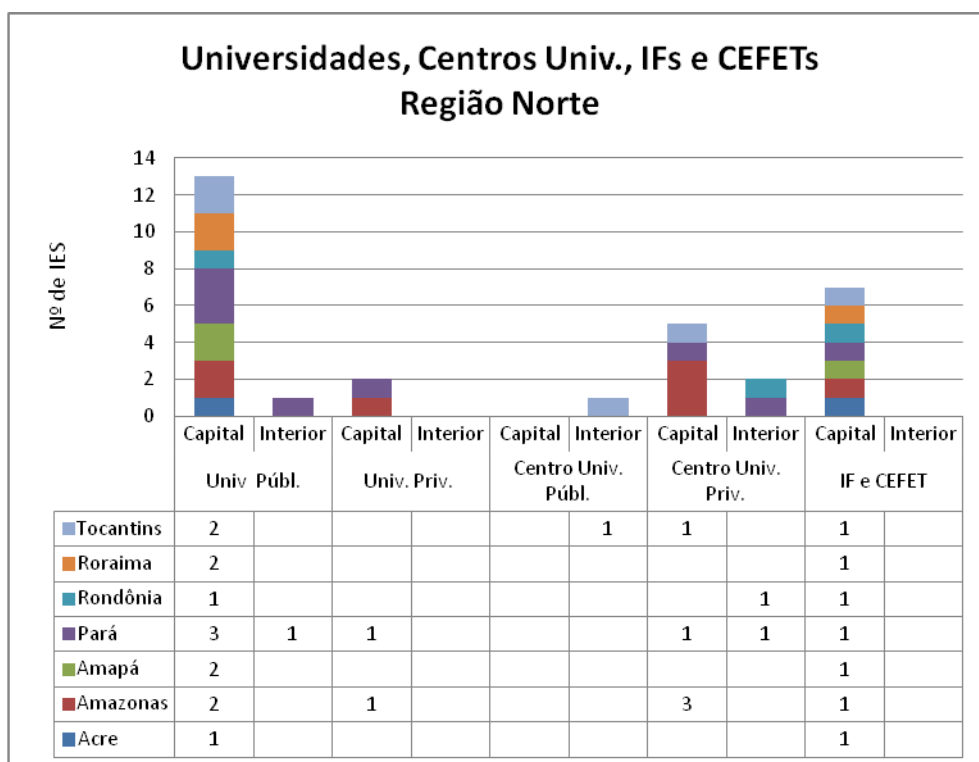


Gráfico 12 - Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Norte.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Sobre o IGC das IES da região, o gráfico 13 mostra que 1% delas foram avaliadas com nota 1 e 46% com nota 2, sendo que desse conjunto de IES com notas insatisfatórias, 90% são faculdades.

Os estados mais comprometidos com IES na condição insatisfatória são Amapá (64% do total do estado), Tocantins (62%) e Rondônia (52%).

Por outro lado, 50% das IES da região estão com nota 3, e duas universidades e uma faculdade alcançaram níveis de excelência (IGC 4) na prestação de serviços educacionais.

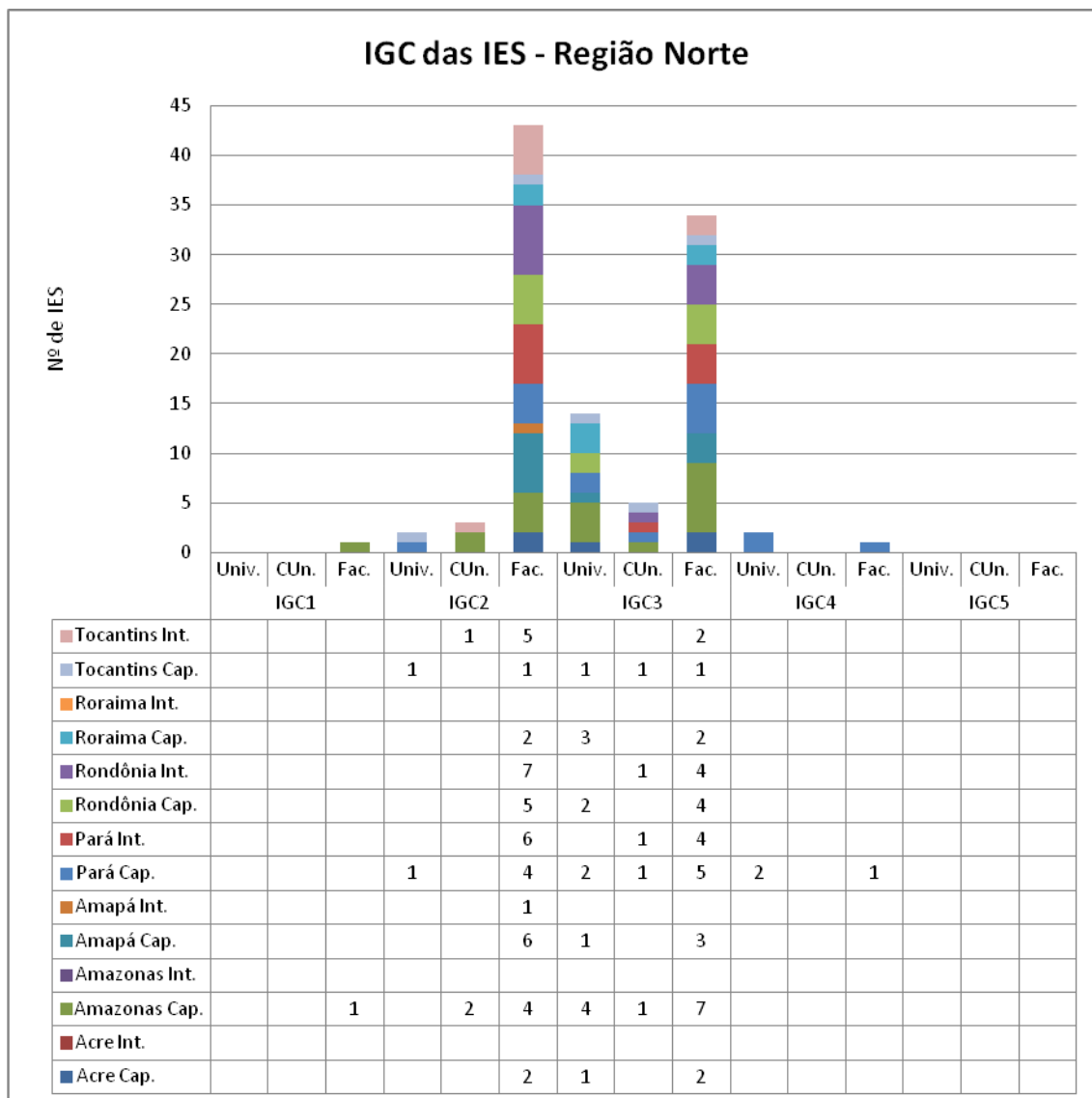


Gráfico 13 - IGC das IES - Região Norte.  
Fonte: e-MEC.

### Região Nordeste

O gráfico 14 indica que Pernambuco possui expressivo número de faculdades públicas (22), todas elas no interior. Rio Grande do Norte também conta com uma faculdade pública na capital.

A maior parte das faculdades privadas reúne-se nas capitais dos estados, mas Bahia e Pernambuco apresentam elevada quantidade no interior (65 e 36, respectivamente). Sergipe, entretanto, oferece apenas uma faculdade no interior contra dez na capital.



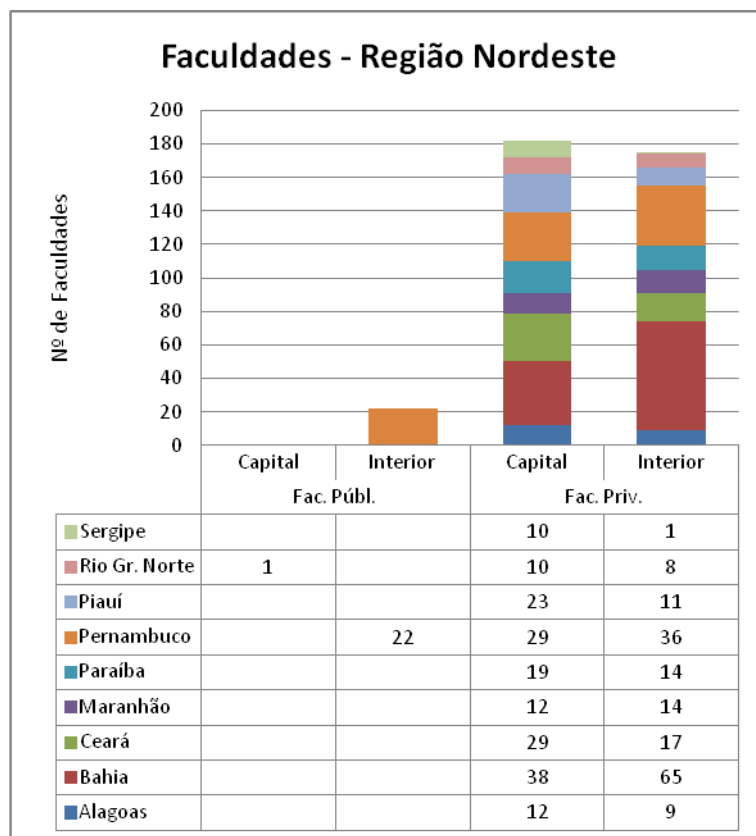


Gráfico 14 - Faculdades - Região Nordeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 15 evidencia que, com exceção de Sergipe, que oferece universidade pública somente na capital, todos os estados da região possuem universidades públicas também no interior. As universidades privadas estão presentes apenas nas capitais dos estados da Bahia, do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e Sergipe.

Quanto aos centros universitários, não há nenhum público na região, mas as capitais de Alagoas, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte contam com uma unidade, sendo que Bahia oferece duas.

IES da categoria IFs ou CEFETs estão presentes em todas as capitais, exceto Paraíba. No interior, apenas Pernambuco oferece uma unidade.

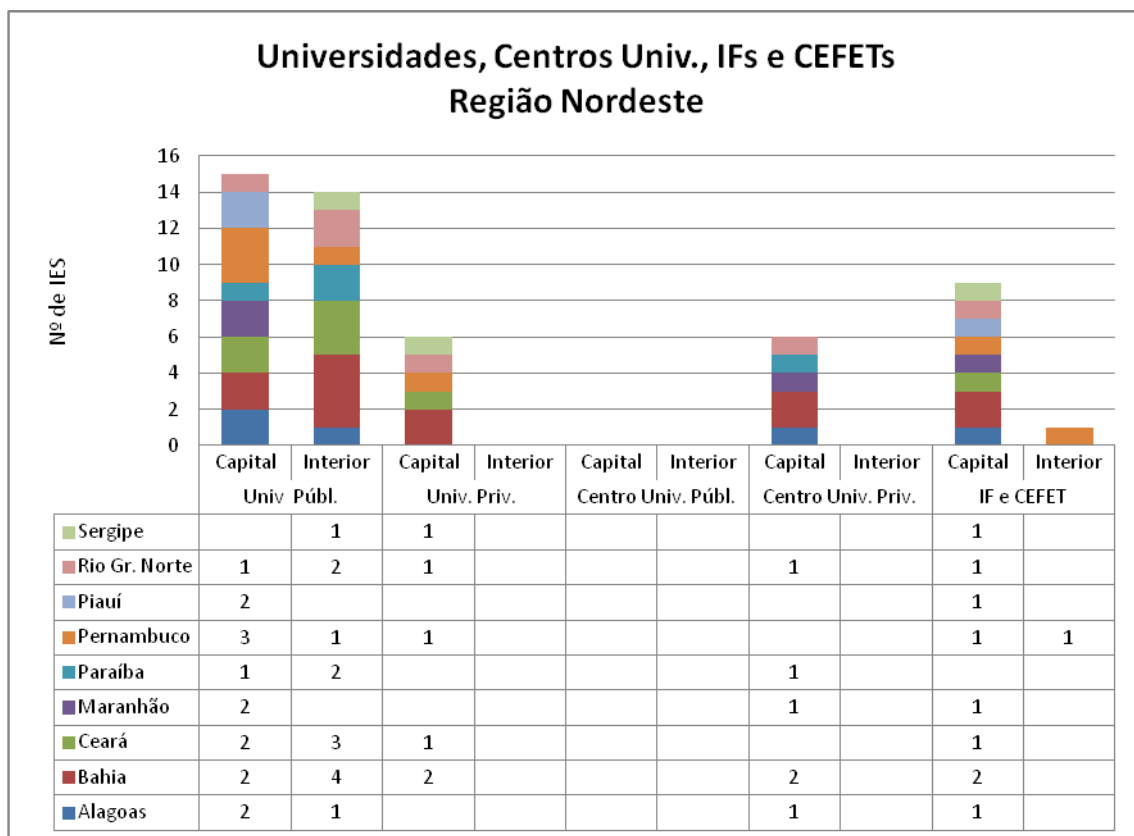


Gráfico 15 - Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Nordeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 16 sintetiza os dados acerca do IGC das IES da região. Verifica-se que não há incidência de IES avaliadas com nota 1, mas 40% estão com nota 2, sendo que dentre os grupos de IES com notas insatisfatórias, 98% são faculdades.

Os estados mais comprometidos com IES na condição insatisfatória são: Alagoas (68% do total do estado) e Maranhão (50%).

Por outro lado, 52% das IES da região estão com nota 3, e 8% possuem nota 4. Encontram-se IES com nota 4 em todos os estados, sendo que pelo menos uma das IES em cada estado é universidade, com exceção de Alagoas, que tem apenas uma faculdade com essa nota.

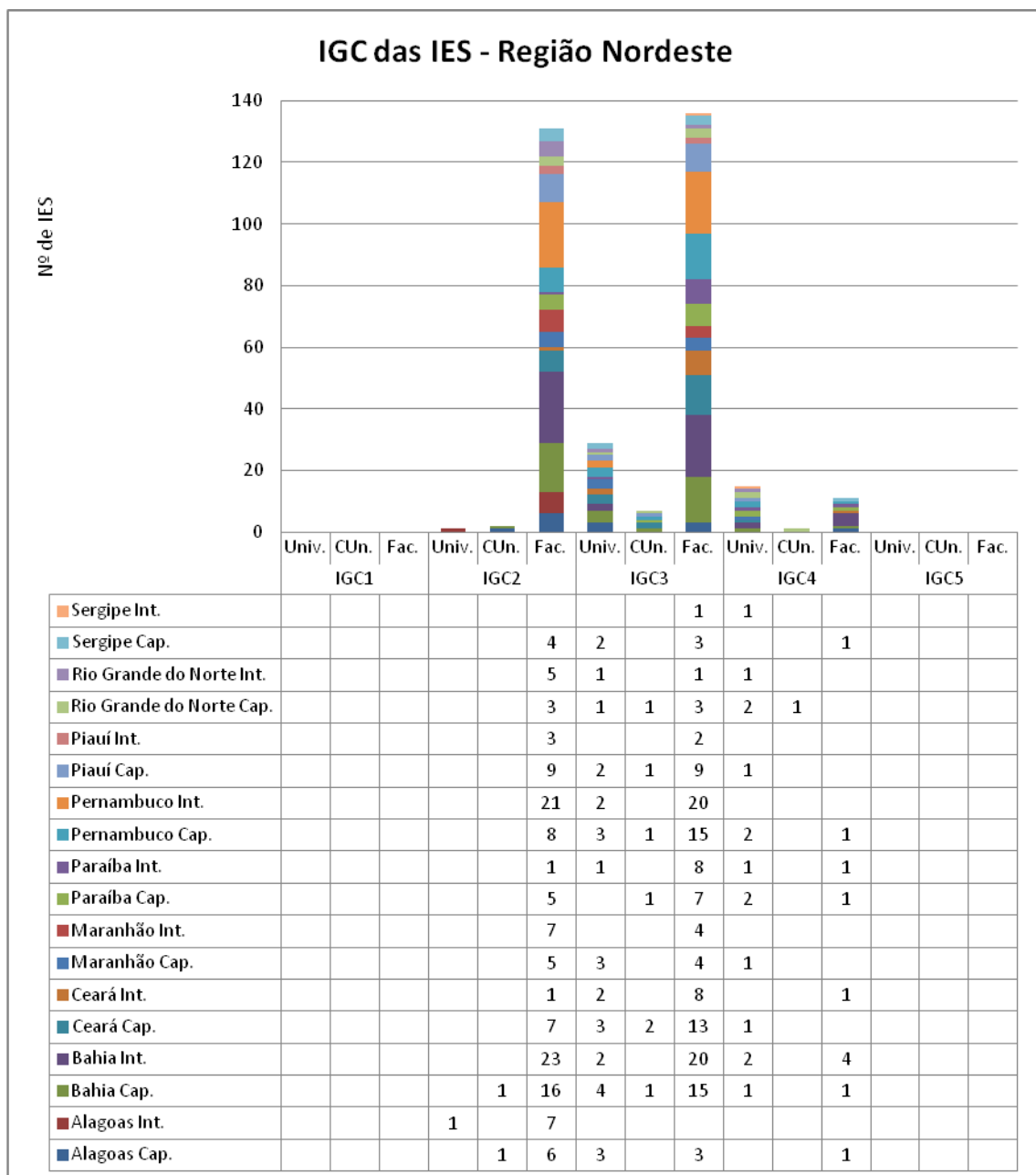


Gráfico 16 - IGC das IES - Região Nordeste.  
Fonte: e-MEC.

### Região Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste, como pode ser observado no gráfico 17, apenas o interior de Goiás e o Distrito Federal contam com faculdades públicas: há três em Goiás e uma no Distrito Federal.

No que concerne às faculdades privadas, o Distrito Federal destaca-se pelo elevado número de instituições, que corresponde a 56% do total de faculdades nas capitais. No interior, Goiás detém 43% das faculdades privadas da região.

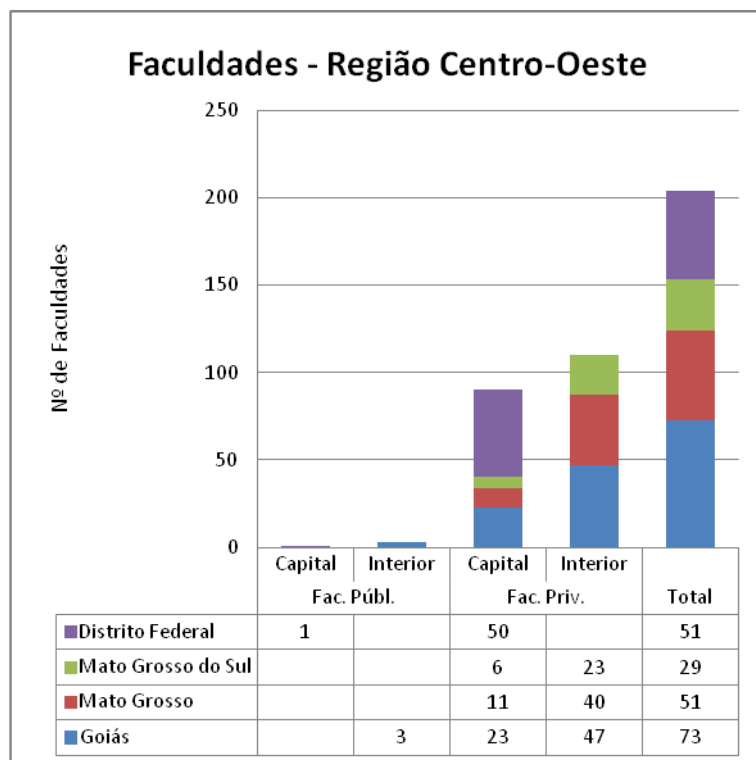


Gráfico 17 - Faculdades - Região Centro-Oeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 18 detalha a situação das demais IES na região. Todas as capitais possuem uma universidade pública e outra privada, com exceção de Mato Grosso do Sul, que além da pública, possui duas universidades privadas na capital.

Não há presença de universidades privadas no interior, mas Goiás e Mato Grosso do Sul oferecem duas universidades públicas. Mato Grosso conta com uma.

Não existem unidades de centros universitários públicos na região, mas em correspondência, os privados estão em todas as capitais e também no interior. Evidencia-se a participação do Distrito Federal, com 42% do total de centros universitários privados da região.

No que se refere aos IFs e CEFETs, todas as capitais da região estão servidas por, pelo menos, uma dessas unidades, sendo que Goiás conta com duas.

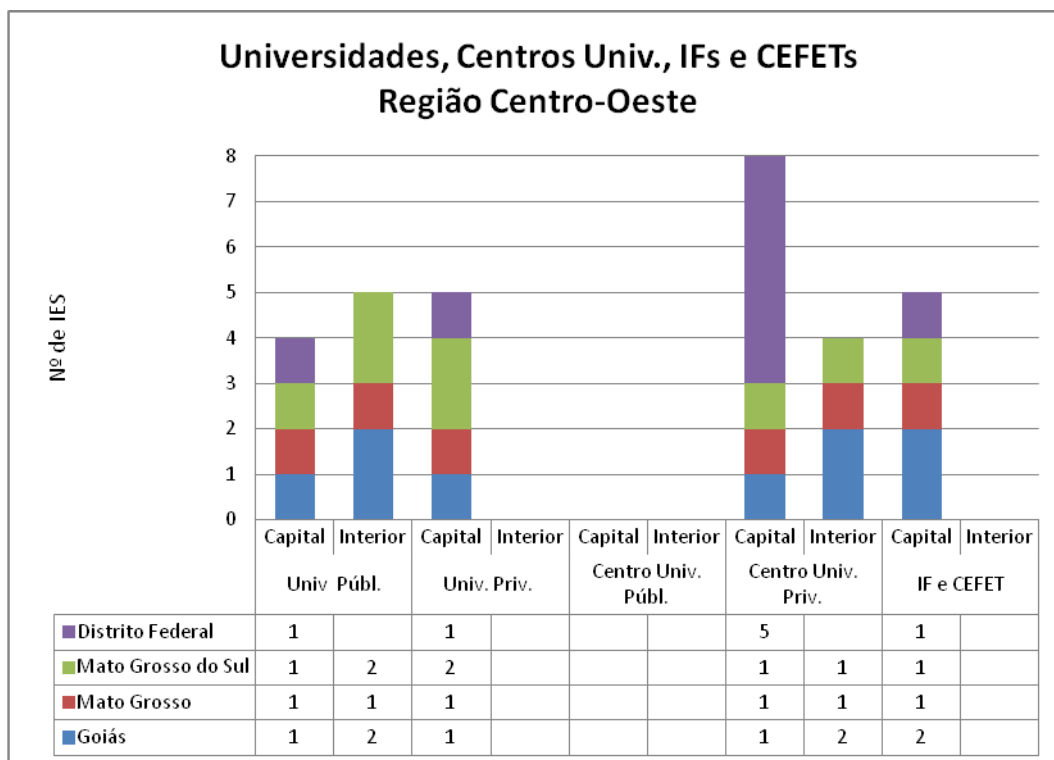


Gráfico 18 - Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Centro-Oeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Sobre o IGC das IES da região, o gráfico 19 indica que apenas uma faculdade no interior de Goiás foi avaliada com nota 1. No entanto, o percentual de IES com nota 2 é de 46%, sendo que as faculdades representam 97% do número de IES comprometidas.

Os estados mais afetados por IES na condição insatisfatória são Mato Grosso (56% do total do estado) e Goiás (51%).

Em contrapartida, 46% das IES da região estão com nota 3 e 7%, nota 4. . Das IES com nota 4, sete são universidades, presentes nas capitais de todos os estados, sendo que três delas se concentram em Goiás. As outras seis IES com nota 4 são faculdades.

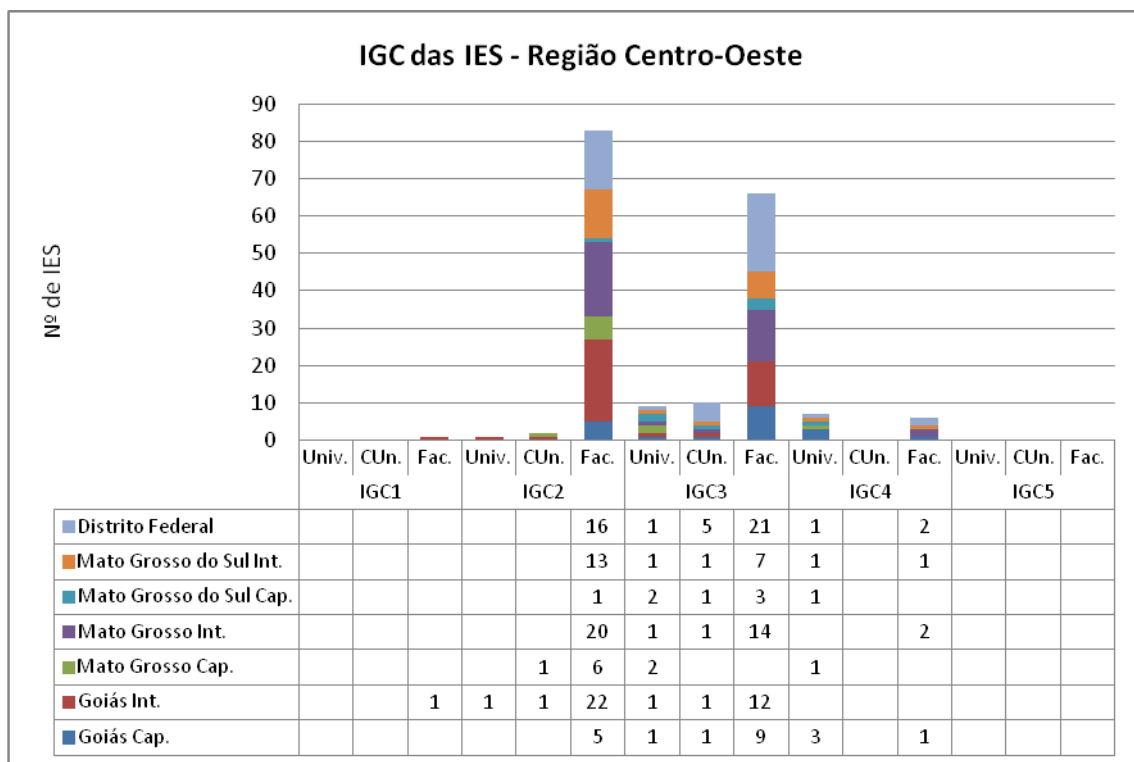


Gráfico 19 - IGC das IES - Região Centro-Oeste.  
Fonte: e-MEC.

### Região Sudeste

O gráfico 20 expõe que o Sudeste oferece faculdades públicas em todos os estados tanto na capital como no interior, mas, no interior, o número é mais significativo, pois, com exceção do Espírito Santo, que possui uma unidade, Minas e Rio de Janeiro oferecem oito e sete respectivamente, e São Paulo, 64 unidades.

Quanto às faculdades privadas, o interior também é beneficiado com um maior número delas, com a ressalva do Rio de Janeiro, que possui mais faculdades privadas na capital. No caso de São Paulo, 72% das faculdades privadas estão no interior e em Minas Gerais essa proporção é ainda maior, 86%.

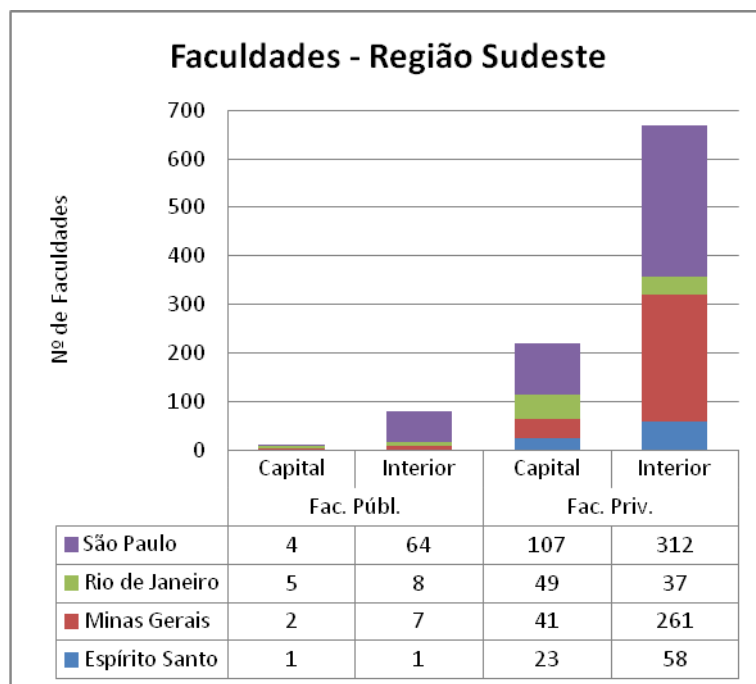


Gráfico 20 - Faculdades - Região Sudeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 21 confirma que a região Sudeste é provida de uma grande malha de IES públicas. Nas capitais, com exceção do Espírito Santo, que conta com uma universidade, São Paulo e Rio de Janeiro possuem três e Minas Gerais, duas. No interior, Minas é o estado com maior número, 11 no total, que corresponde a 58% das universidades públicas no interior da região.

Somente Espírito Santo não possui universidades privadas. São Paulo e Minas Gerais, ao contrário, contam com uma quantidade significativa de IES nessa categoria, números que ultrapassam as públicas tanto na capital (12 e 7) como no interior (18 e 5). No Rio de Janeiro, há mais universidades privadas na capital (7 contra 5).

Centros universitários públicos só existem no interior de São Paulo (2) e na capital do Rio de Janeiro. Já os centros privados estão presentes em todos os estados, menos no Espírito Santo. A maior concentração está no interior. Destaca-se, nessa categoria, a participação de São Paulo com 35 unidades, seguido do estado de Minas Gerais, que possui 12.

A respeito dos IFs e CEFETs, todos os estados são servidos por unidades nas suas respectivas capitais, sendo que Rio de Janeiro e Minas Gerais oferecem duas. No interior, Rio de Janeiro e Minas Gerais também ofertam IES dessa categoria, mas a participação é mais representativa, pois oferecem quatro unidades.

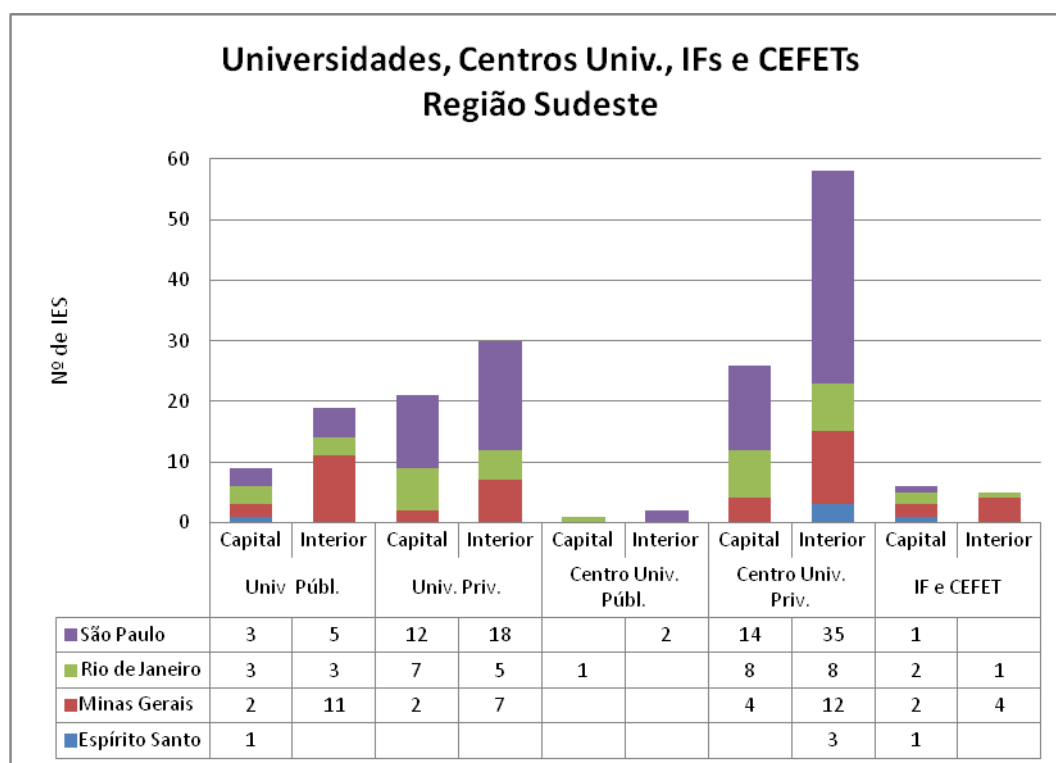


Gráfico 21 - Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs– Região Sudeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Por meio do gráfico 22, pode-se constatar que a incidência de IGC em IES com nota 1 é de 0,5% sendo que são, em sua totalidade, faculdades. IES com nota 2 representam 25% das IES da região. Desse grupo, 94% são faculdades.

Os estados mais comprometidos com IES na condição insatisfatória são Espírito Santo (46% do total do estado) e Minas Gerais (32%).

Sob o ponto de vista dos bons resultados, 61% das IES da região estão com nota 3, 10% possuem nota 4 e 3% obtiveram nota 5. Encontram-se IES com nota 4 e 5 em todos os estados, sendo que 66% delas são faculdades.



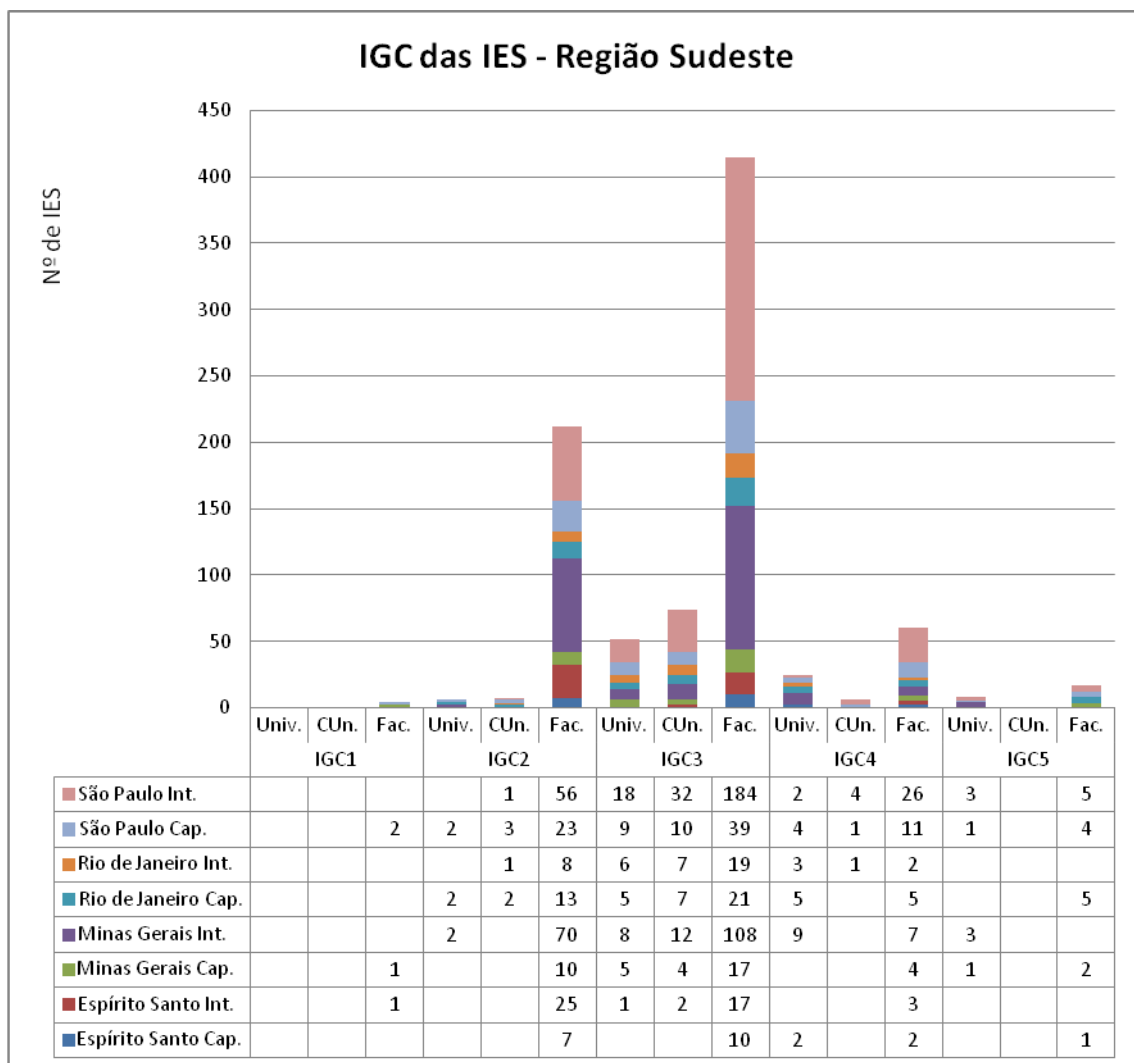


Gráfico 22 - IGC das IES - Região Sudeste.  
Fonte: e-MEC.

### Região Sul

Na região Sul, como pode ser apurado no gráfico 23, as faculdades públicas são encontradas apenas no interior de Santa Catarina (1) e na capital e no interior do Paraná (2 e 8, respectivamente).

Por outro lado, as faculdades privadas estão distribuídas em toda a região e em número muito grande, especialmente no Paraná, que dispõe de 56% das faculdades privadas das capitais da região e 48% do interior.

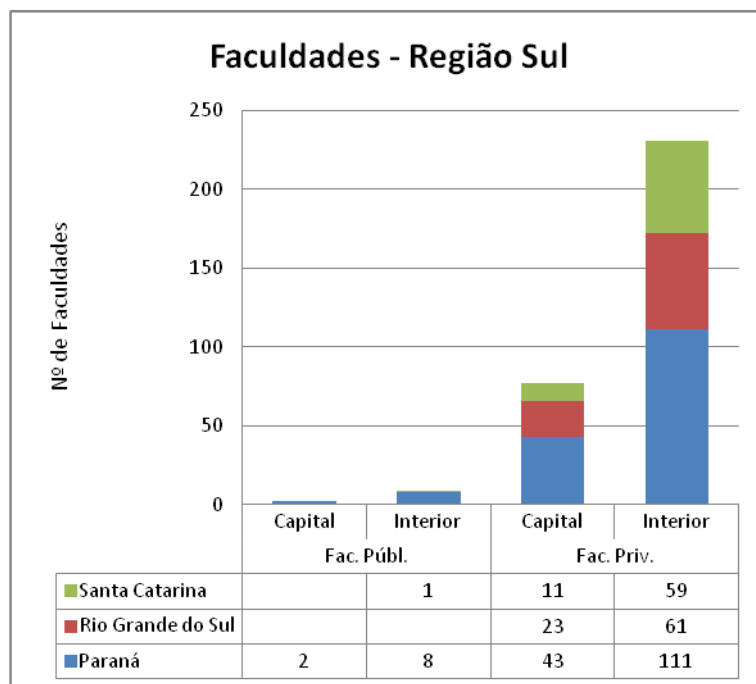


Gráfico 23 - Faculdades - Região Sul.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 24 revela que, como a região Sudeste, o Sul também é munido de muitas IES públicas. As capitais de Santa Catarina e do Paraná dispõem de duas universidades, enquanto a capital do Rio Grande do Sul acomoda três. No interior, mais uma vez, o Paraná se realça ao oferecer sete universidades, 47% do total da região no interior.

Apenas Santa Catarina não conta com universidades privadas na capital, mas no interior elas se encontram em considerável número (20), especialmente no Rio Grande do Sul, que abarca 55% desse total.

Os centros universitários públicos somente são encontrados no interior de Santa Catarina (2) e do Paraná (1). No tocante aos centros privados, excluindo a capital de Santa Catarina, eles são encontrados nas demais capitais e também no interior. Cabe ressaltar que Santa Catarina compensa a ausência de centros universitários na capital com o número de cinco unidades no interior.

IFs e CEFETs estão localizados nas capitais de Santa Catarina e Paraná. Rio Grande do Sul, por sua vez, conta com três unidades no interior, seguido de Santa Catarina com uma.

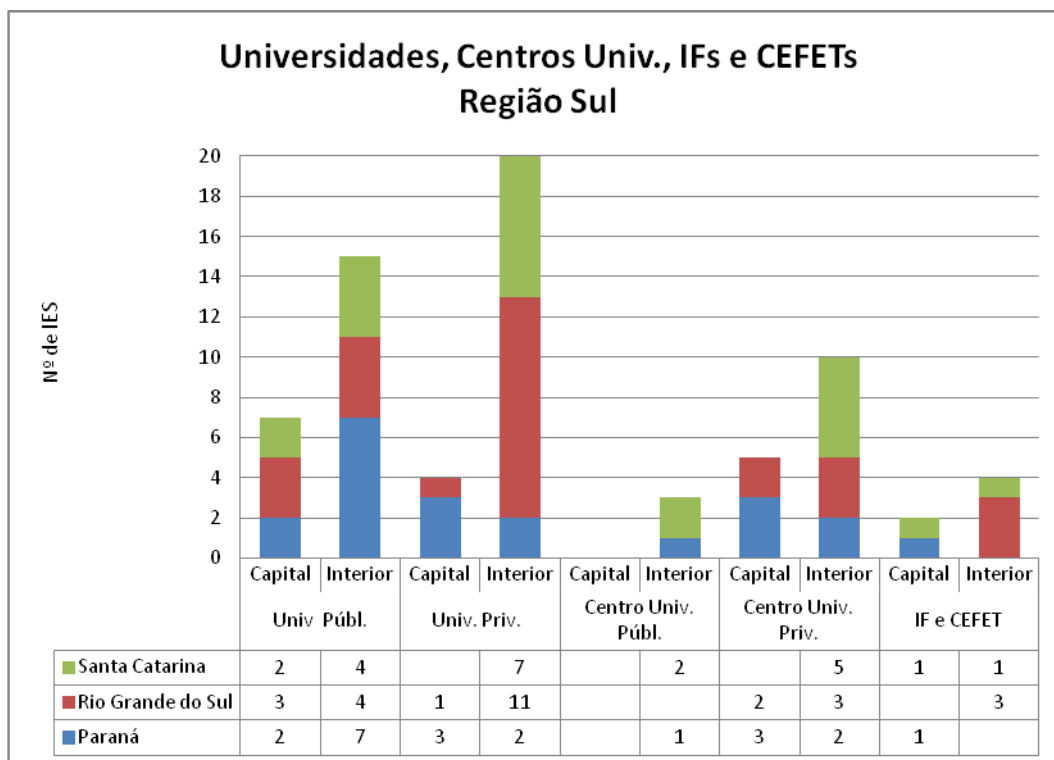


Gráfico 24 - Universidades, Centros Univ., IFs e CEFETs - Região Sul.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Sobre o IGC das IES, o gráfico 25 demonstra que apenas uma faculdade no interior do Paraná foi avaliada com nota 1. O percentual de IES com nota 2 é o mais baixo do País. Apenas 18% das IES da região apresentam essa pontuação, sendo que as faculdades representam 98% do número IES comprometidas.

Os estados mais afetados por IES na condição insatisfatória são Paraná (27% do total do estado) e Santa Catarina (11%).

A proporção de IES da região que estão com nota 3 é de 65%. As IES com nota 4 compõem 16%, e as que receberam nota 5, 1%. Há IES com nota 4 em todos os estados, mas somente Santa Catarina e Rio Grande do Sul contam com IES com a nota mais alta do IGC.

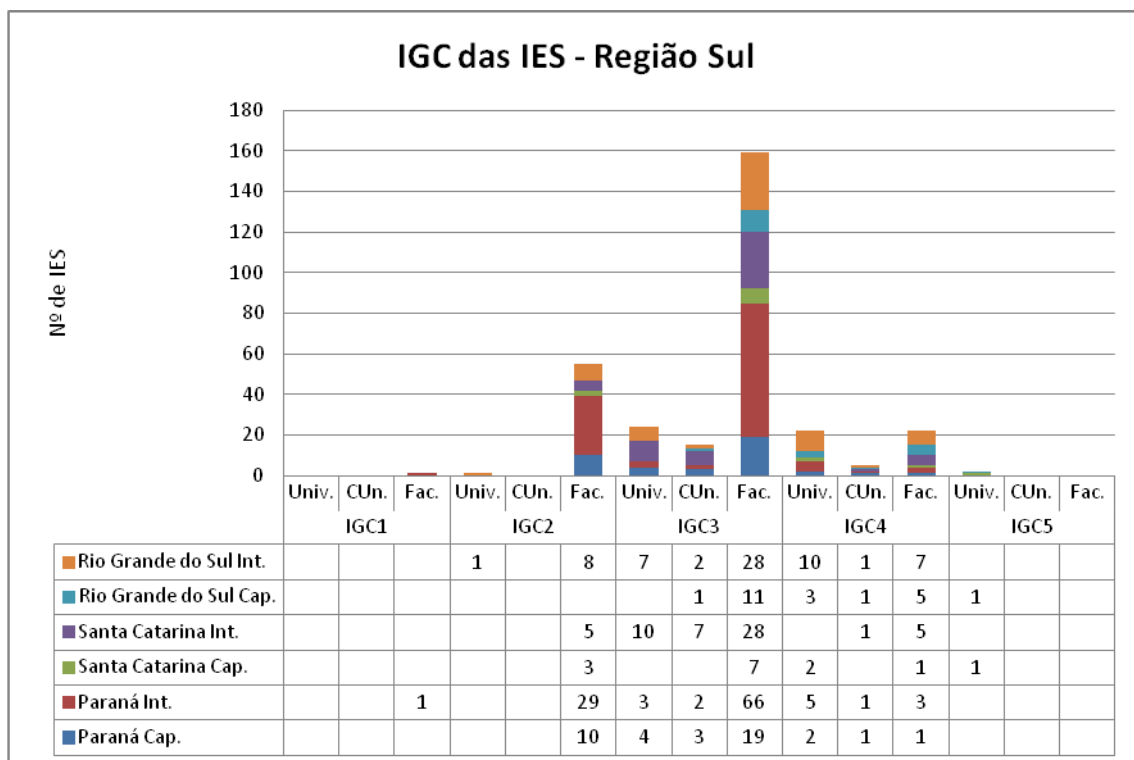


Gráfico 25 - IGC das IES - Região Sul.  
Fonte: e-MEC.

### 3.3. A classificação e a disposição dos cursos de graduação

Esta seção dedica-se a analisar os cursos de graduação ordenados por áreas e subáreas de conhecimento. Nove grandes áreas foram estabelecidas pelo INEP com base na classificação internacional EUROSTAT/UNESCO/OCDE. Em cada área existem subáreas nas quais são elencados os cursos de graduação existentes no País<sup>5</sup>.

Cabe ainda registrar que nesta análise não foram considerados os graus acadêmicos dos cursos (bacharelado, licenciatura ou tecnológicos).

Após a apresentação da visão geral da disposição dos cursos por áreas de conhecimento e categorias administrativas das IES, cada área é estudada separadamente mediante o número de cursos em atividade disponibilizados pelas IES públicas e privadas com a seguinte formatação: *subárea (número de cursos nas IES públicas, número de cursos nas IES privadas)*

<sup>5</sup> A listagem completa das áreas, subáreas e de seus respectivos cursos estão na Sinopse da Educação Superior 2011.

Desse modo, no gráfico 26 observa-se que no âmbito nacional os cursos da Área Básica são proporcionados quase que exclusivamente pelas IES públicas (95%), mesmo que o número de cursos que se enquadram nessa classe seja ainda muito reduzido (20).

Nas demais áreas, com exceção de Agricultura e Veterinária, prevalecem os cursos ofertados pelas IES privadas.

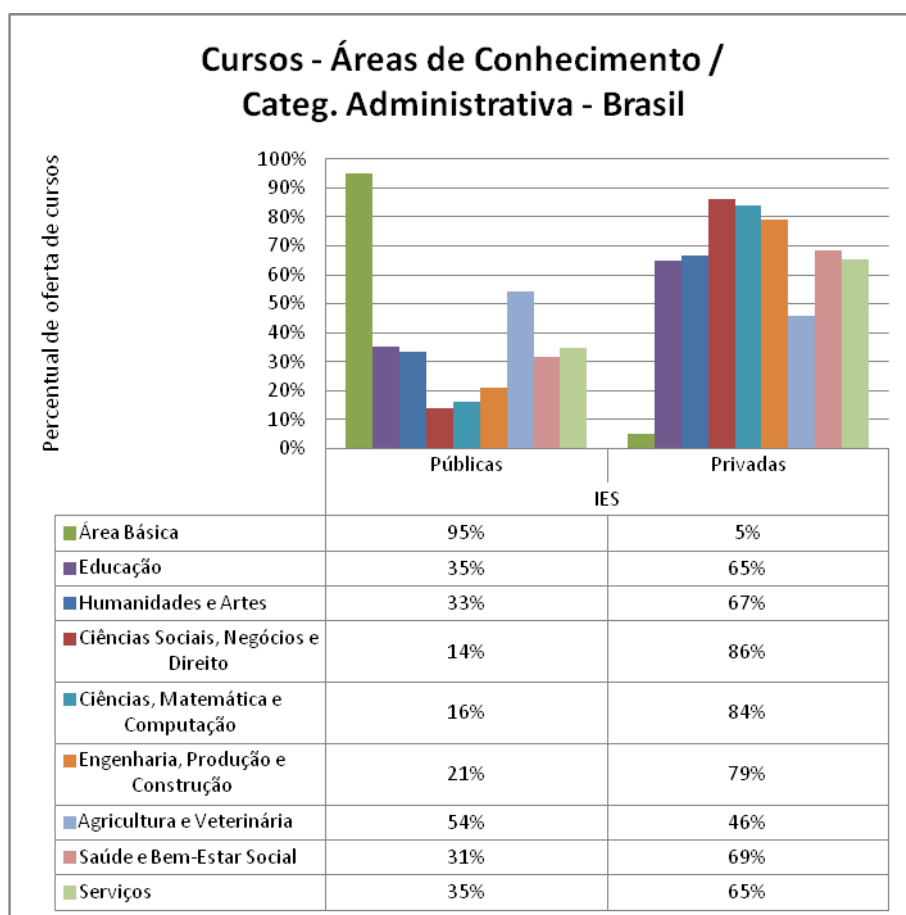


Gráfico 26 - Cursos por Áreas de Conhecimento/Categ. Administrativa - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Nos tópicos subsequentes, são analisadas as áreas e suas respectivas subáreas de conhecimento em relação ao volume de cursos ofertados pelas IES públicas e privadas.

### Educação

O gráfico 27 aponta que as subáreas com maior número de cursos tanto nas IES públicas (2.753) como nas privadas (2.019) são as de Formação de Professor de Matérias Específicas, sendo que a maioria dos cursos constitui-se de licenciaturas que formam os professores de Educação Básica. Na sequência, vem a subárea Ciências

da Educação, sendo que o curso mais ofertado é o de Licenciatura em Pedagogia. (612,1192).

Sobre a subárea Formação de Professor da Educação Básica observa-se que é composta por cursos ministrados somente por IES públicas, como é o caso do curso de licenciatura Intercultural Indígena (77).

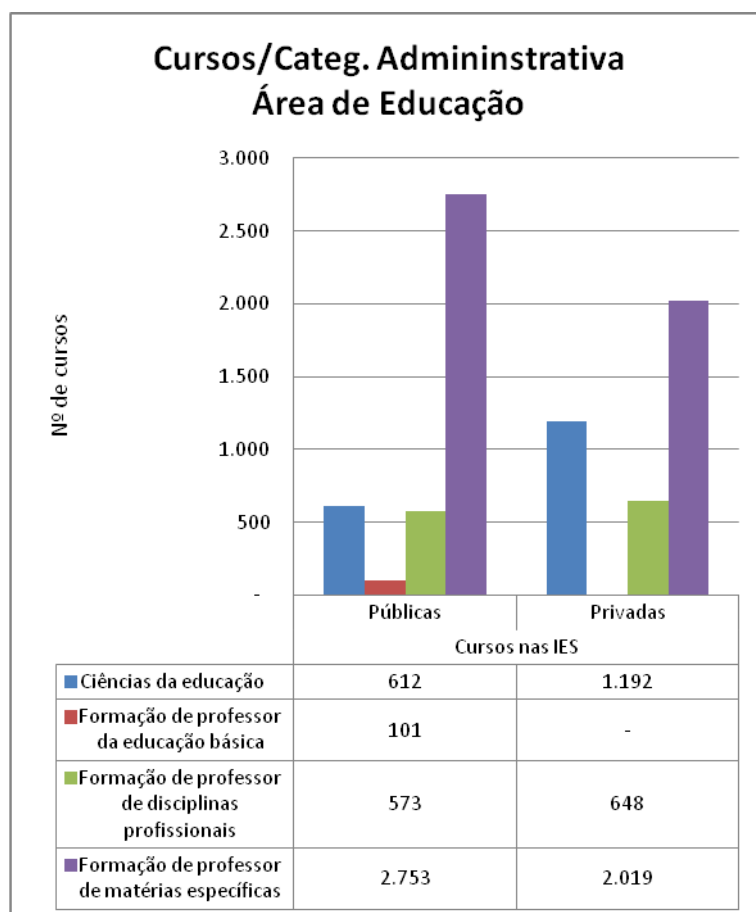


Gráfico 27 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Educação.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Humanidades e Artes

O gráfico 28 desvenda que há mais equilíbrio na oferta de cursos pelas IES públicas e privadas nessa área, com exceção da subárea Design e Estilismo (419, 100). Dentre elas, há cursos que focam especialmente o desenho de produtos, de moda e de interiores.

Nas IES privadas, outras duas subáreas sobressaem: Religião e Teologia (107) e Técnicas Audiovisuais e Produção de Mídia (101). Quanto às IES públicas, as subáreas que se destacam são Música e Artes Cênicas (181), seguidas também por Línguas e Culturas Estrangeiras (78).

Convém citar que as IES privadas oferecem um número considerável de cursos na subárea Religião e Teologia (107), enquanto há apenas um curso no setor público.

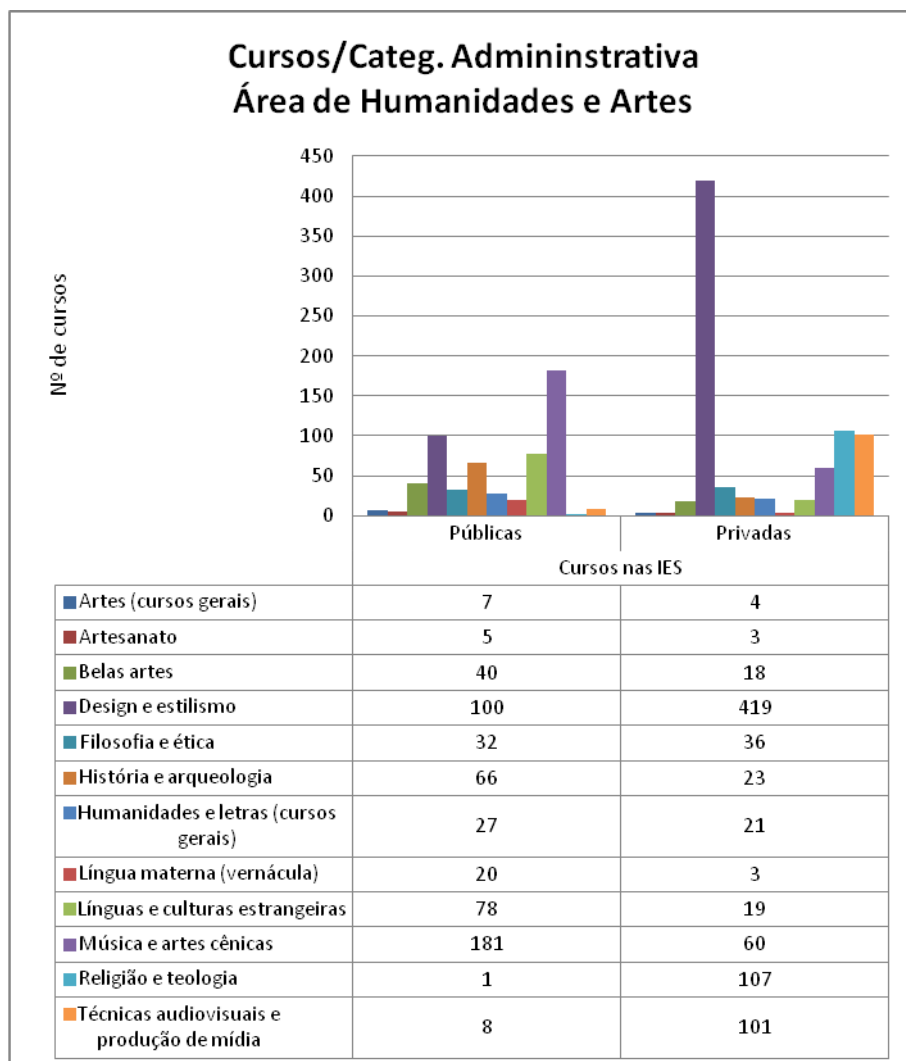


Gráfico 28 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Humanidades e Artes.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Ciências Sociais, Negócios e Direito

O gráfico 29 revela que a subárea com maior número de cursos tanto nas IES públicas como nas privadas é a de Gerenciamento e Administração (510, 3696), sendo que o curso de Administração (316,1963), em meio a outros cursos listados, é notadamente o mais ofertado.

Além da subárea já citada, outras que também se destacam nas IES públicas são Contabilidade e Tributação (170) e Psicologia (162). Nas IES privadas, a subárea Contabilidade e Tributação (934) é a segunda mais numerosa. A primeira é Direito (968).

Reconhece-se também por meio do gráfico que somente as IES privadas oferecem cursos nas subáreas Finanças, Bancos e Seguros (7).

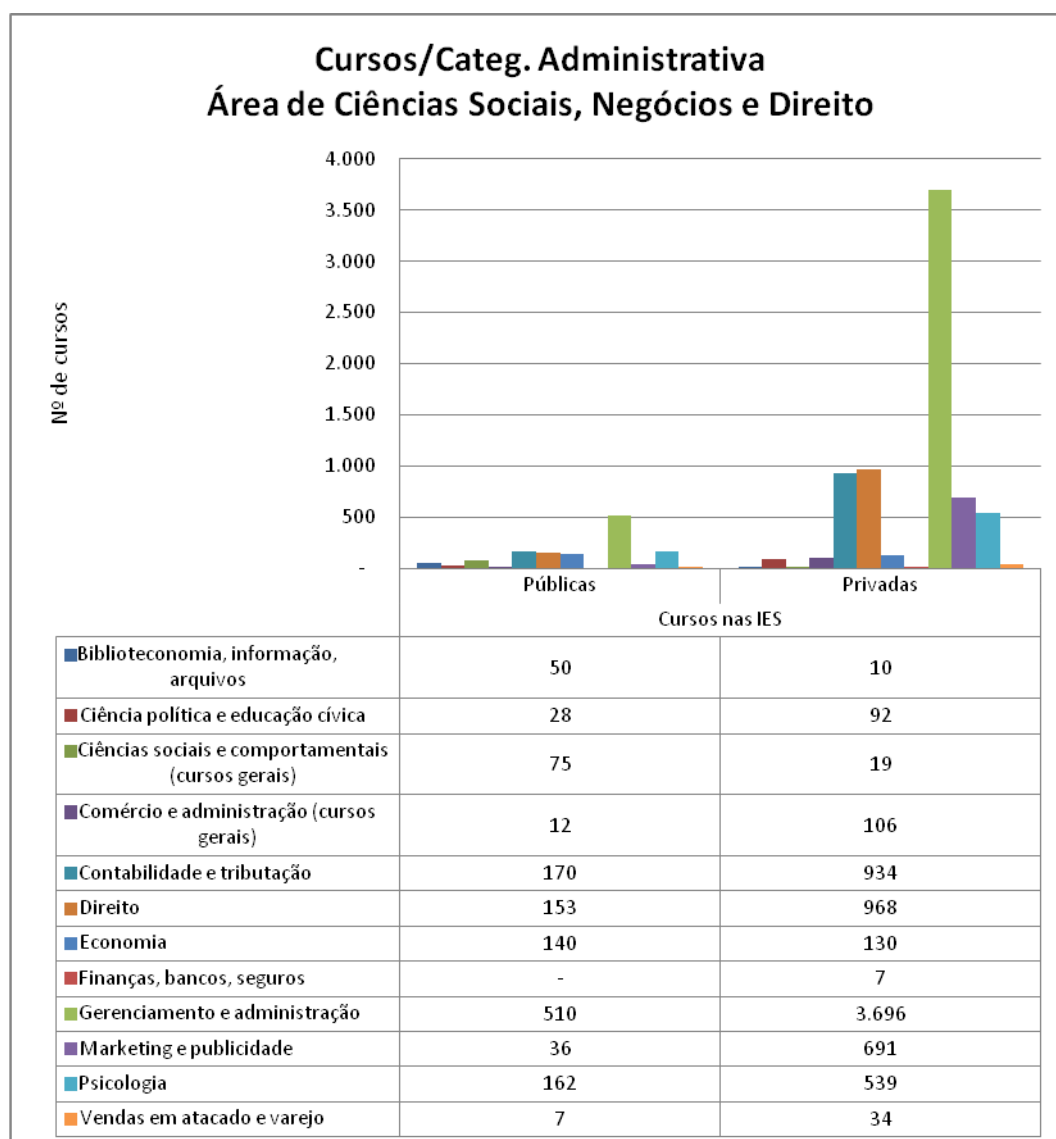


Gráfico 29 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Ciências Sociais, Negócios e Direito.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Ciências. Matemática e Computação

O gráfico 30 registra grande incidência de cursos na subárea Ciência da Computação (244, 859) tanto nas IES públicas como nas privadas, sendo que o curso mais ofertado é justamente o que dá nome à subárea (244, 859). Esse curso de bacharelado é seguido em menor número por outros quatro tecnológicos.

Tanto nas IES públicas como nas privadas as outras duas subáreas significativas são Processamento da Informação (153, 497) e Biologia e Bioquímica (169,360).



Há que se sublinhar também que nas IES públicas predominam os cursos das subáreas tidas como “duras” (Estatística, Física, Matemática etc.), com exceção das relacionadas à Computação (Processamento da Informação e Uso do Computador).

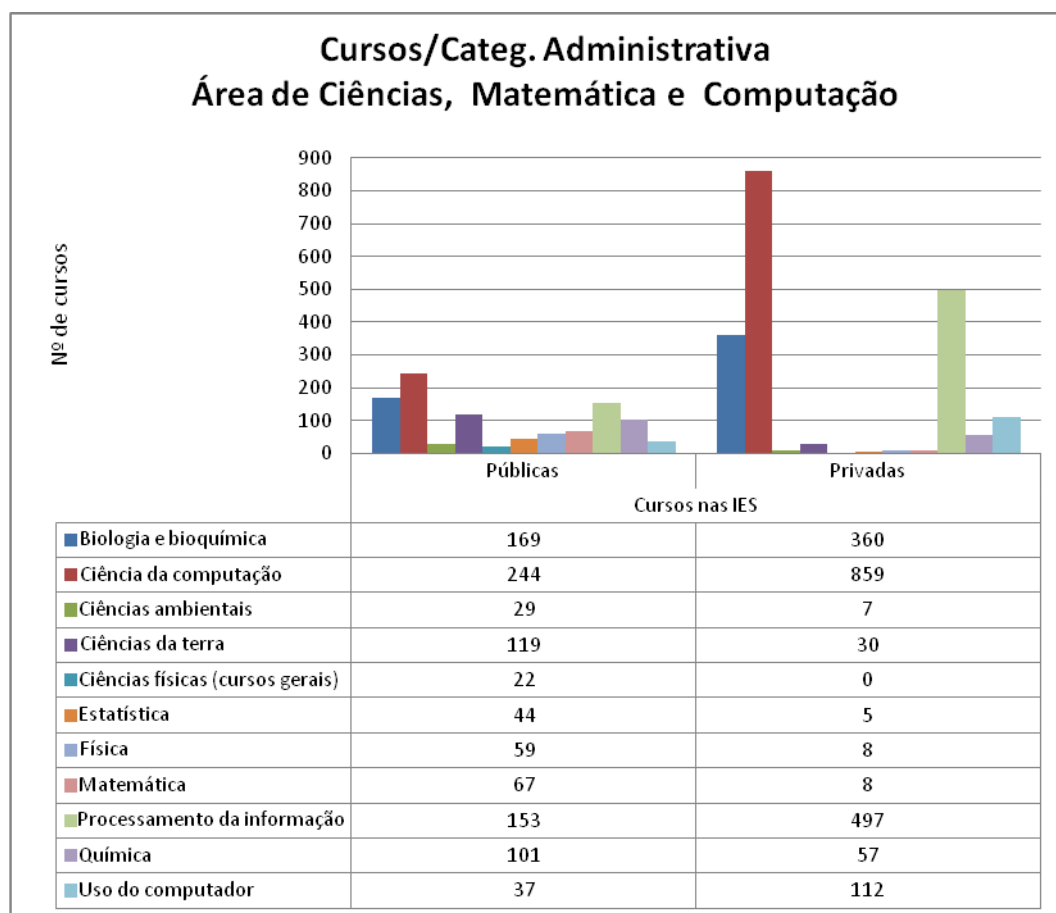


Gráfico 30 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Ciências, Matemática e Computação.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Engenharia, Produção e Construção

O gráfico 31 exhibe que a subárea Engenharia e Profissões de Engenharia (312, 745) é a mais proeminente nas IES públicas e privadas. Nessa subárea, os cursos mais ofertados são Engenharia de Produção (103,344) e Engenharia Ambiental e Sanitária (80,148).

Tanto nas IES públicas como nas privadas, há consonância nas subáreas que apresentam também quantidades expressivas de cursos: Eletrônica e Automação (167, 295) e Engenharia Civil e de Construção (155, 312).

Cabe registrar que as IES privadas demonstram pioneirismo na subárea Fabricação e Processamento (cursos gerais). As IES públicas ainda não oferecem cursos nessa subárea.

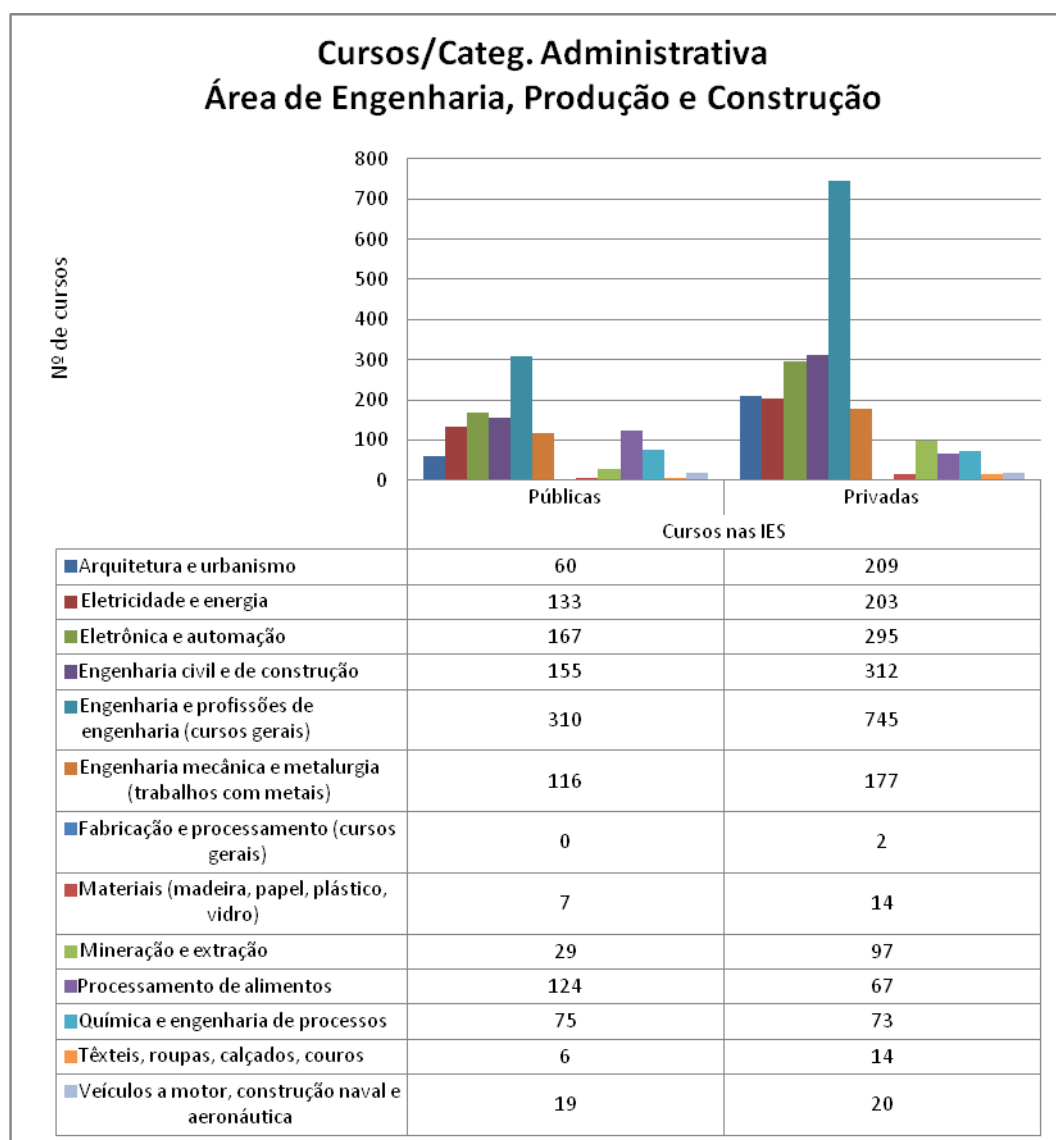


Gráfico 31 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Engenharia, Produção e Construção.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Agricultura e Veterinária

O gráfico 32 indica que a subárea com maior número de cursos tanto nas IES públicas como nas privadas é a de Produção Agrícola e Pecuária (354, 195) havendo aqui uma inversão do que tem se observado nas demais áreas de conhecimento, em que o número de curso das IES privadas supera o das públicas. Nessa subárea, se sobressai o curso de Agronomia (154, 103).

Nas IES privadas as outras duas subáreas que contam com bom número de cursos são Veterinária (118) e Engenharia Florestal - Silvicultura (10).

Quanto às IES públicas, a tendência é a mesma: Veterinária (60) e Engenharia Florestal-Silvicultura (55). No entanto, observa-se que as IES públicas oferecem

cursos em subáreas que ainda não são exploradas pelas IES privadas: Horticultura (6) e Recursos Pesqueiros (39).

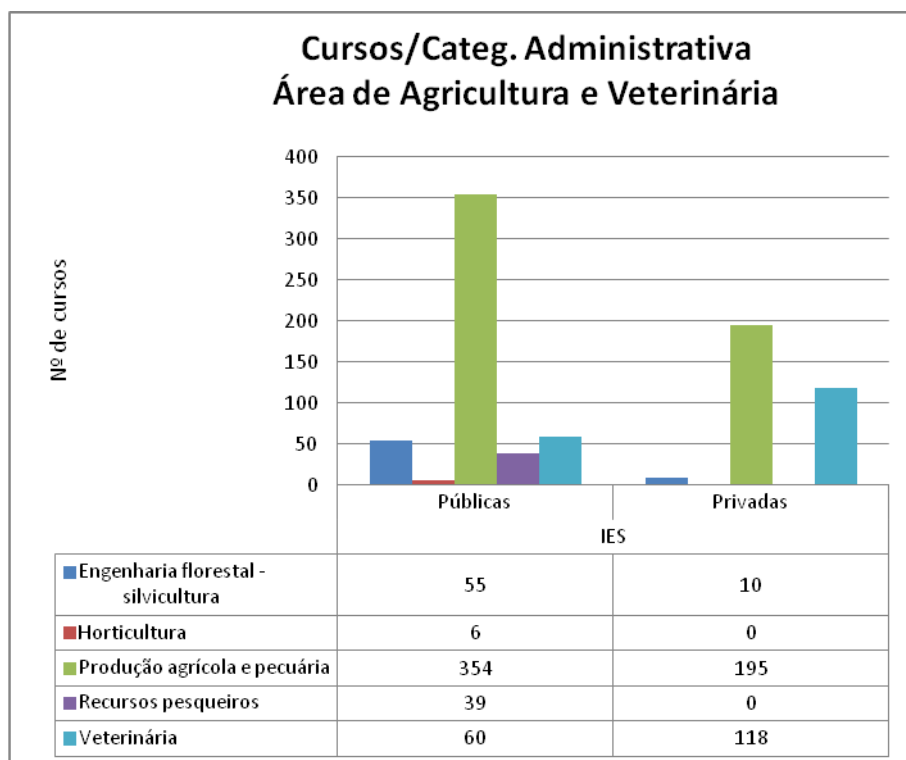


Gráfico 32 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Agricultura e Veterinária.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Saúde e Bem-Estar Social

Nota-se no gráfico 33 que há grande ocorrência de cursos na subárea Terapia e Reabilitação (182, 840) tanto nas IES públicas como nas privadas, sendo que os cursos mais ofertados são Fisioterapia (66, 448) e Nutrição (72, 284).

Outras duas subáreas sobressaem em ambas as categorias administrativas: Enfermagem e Atenção Primária (160, 666) e Farmácia (110, 360).

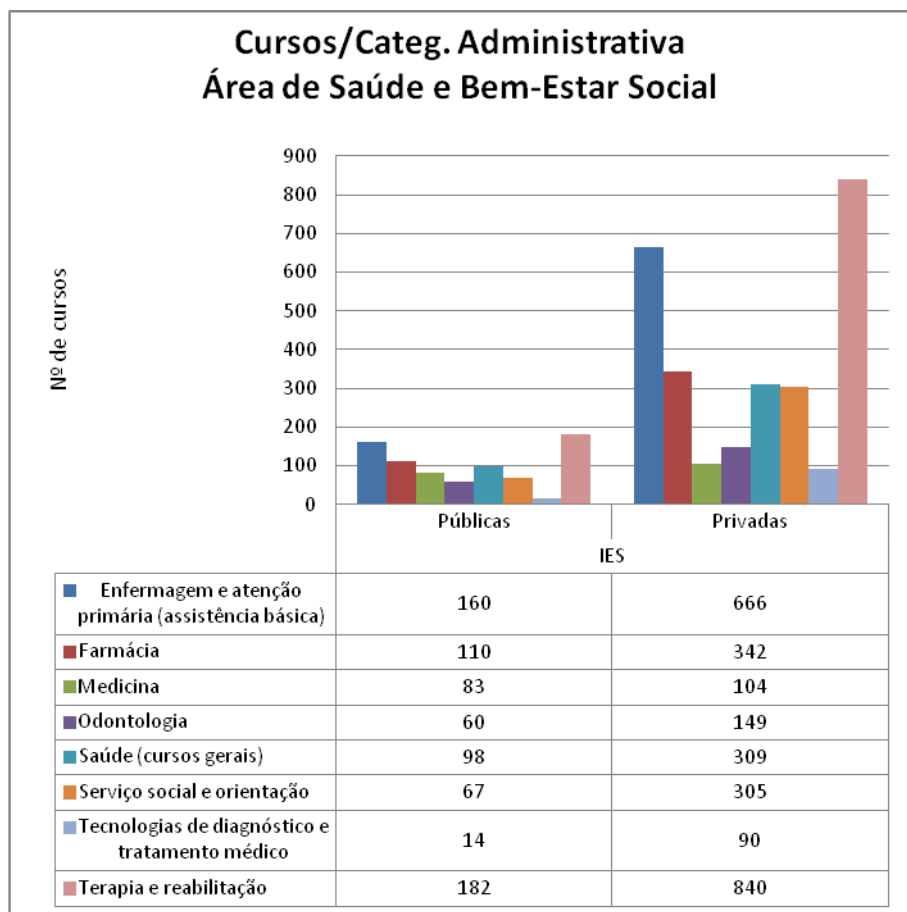


Gráfico 33 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Saúde e Bem-Estar Social.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Serviços

O gráfico 34 mostra que a subárea Viagens, Turismo e Lazer (90, 312) é a que mais se destaca nas IES públicas e privadas, sendo o curso mais ofertado o de Turismo (56, 234).

Tanto nas IES públicas como nas privadas, há equilíbrio nas subáreas que apresentam também quantidades expressivas de cursos: Proteção Ambiental (78, 204) e Hotelaria, Restaurantes e Serviços de Alimentação (27, 150).

Cabe registrar que as IES públicas oferecem cursos em uma subárea que as IES privadas ainda não trabalham: Ciências Domésticas (6). Há ainda outra subárea que, por se tratar de uma temática vinculada às questões de segurança nacional, somente é ofertada por cursos das IES públicas até o momento: Setor Militar e de Defesas (2).

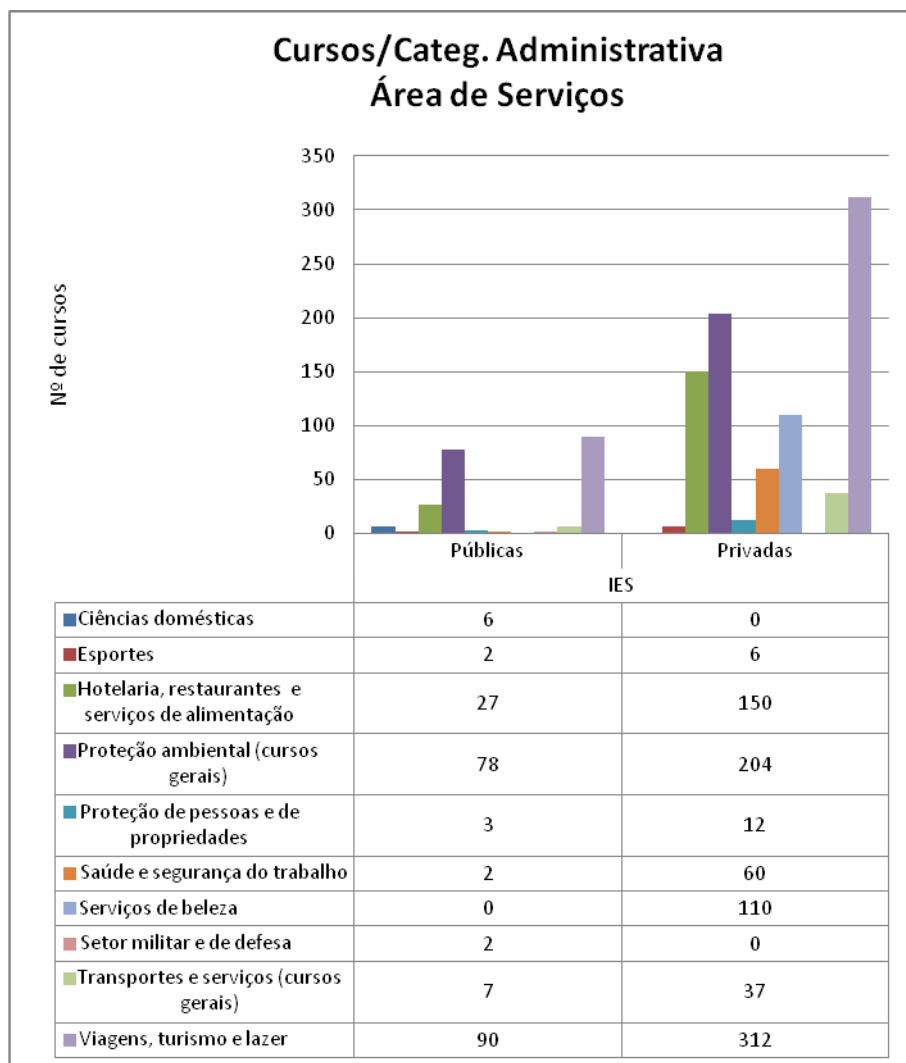


Gráfico 34 - Cursos/Categ. Administrativa - Área de Serviços.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### 3.4. O acesso aos cursos: vagas, candidatos e ingressantes

Esta seção dedica-se a analisar o panorama nacional sobre o número de vagas, candidatos e ingressantes nos cursos de graduação, englobando as modalidades de ensino presencial e a distância e considerando as organizações acadêmicas, as categorias administrativas e as áreas de conhecimento.

Começando pelo gráfico 35, observa-se a importância das IES privadas no cenário nacional por motivo de serem ainda as principais provedoras de vagas para o grande volume de postulantes a um curso de nível superior, acolhendo 79% dos ingressantes.

Com referência aos candidatos não ingressados, o gráfico 35 também assinala que se aproxima dos três milhões.

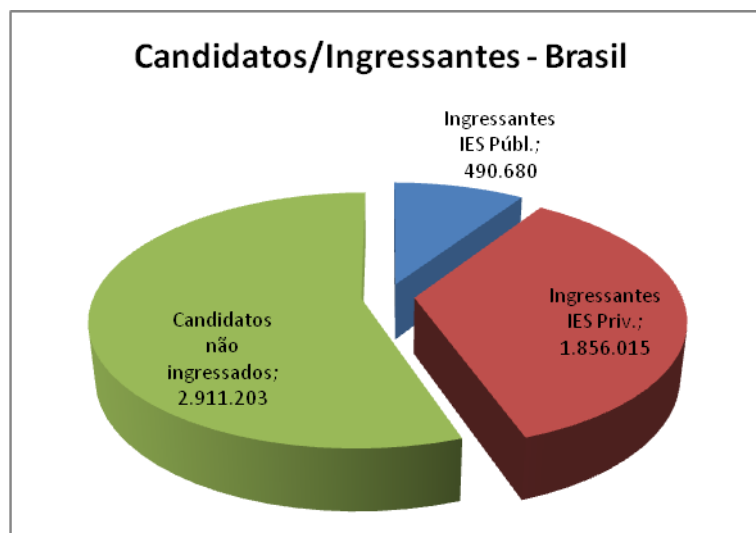


Gráfico 35 - Candidatos/Ingressantes - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

No gráfico 36, por seu lado, constata-se que as áreas de conhecimento que agregam o maior número de vagas nas IES públicas são Educação (com 35% do total de vagas nessa categoria) e Ciências Sociais, Negócios e Direito (20%). O mesmo ocorre nas IES privadas, mas numa sequência inversa: Educação (20%) e Ciências Sociais, Negócios e Direito (47%).

Quanto ao número de candidatos nas IES públicas, observa-se a concentração nas áreas de Ciências Sociais, Negócios e Direito e Educação (ambas com aproximadamente 21% do total de candidatos para todas as áreas). Na sequência, estão as áreas de Saúde e Bem-Estar Social (18%) e Engenharia, Produção e Construção (17%).

Nas IES privadas, grande parte dos candidatos procura a área de Ciências Sociais, Negócios e Direito (47% do total de candidatos para todas as áreas). Seguem na preferência Saúde e Bem-Estar Social (18%), Engenharia, Produção e Construção (12%) e Educação (11%).

Apura-se também que a área de Saúde e Bem-Estar Social apresenta a maior concorrência entre os candidatos, 19 candidatos/vaga nas IES públicas. Seguem, em ordem de preferência, as áreas de Serviços e de Engenharia, Produção e Construção com 13 Candidatos/vaga. Todavia, é necessário registrar que esses números estão relacionados com as vagas por áreas de conhecimento, pois há cursos dentro dessas áreas notoriamente mais concorridos.

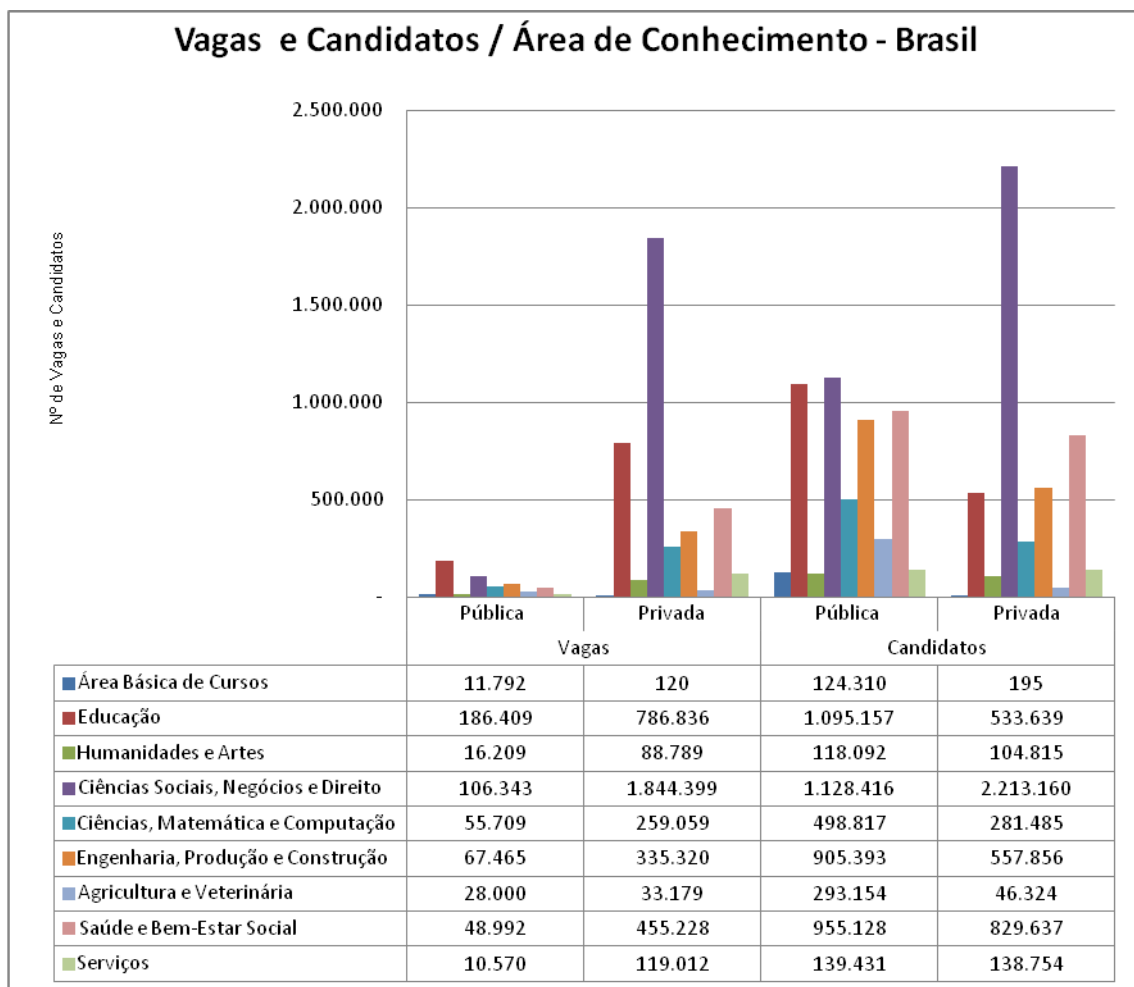


Gráfico 36 - Vagas e Candidatos/Área de Conhecimento - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O gráfico 37 apresenta dados complementares para a compreensão da procura por cursos, desta vez, identificando somente os cursos presenciais.

Verifica-se que os IFs e CEFETs são as IES mais disputadas, sendo que a região Nordeste (21,9) apresenta o maior número de candidatos/vaga enquanto a região Centro-Oeste (9,6) conta com a menor procura por essa organização.

As universidades públicas da região Sudeste (13,5) são as mais competidas do País. As regiões Sul (8,7) e Centro-Oeste (8,7), em contrapartida, oferecem o número mais baixo de candidatos/vaga dessa organização acadêmica.

Já as universidades privadas em cada região estão próximas da média do Brasil (1,6), com exceção das regiões Norte (4,9) e Centro-Oeste (2,4), que apresentam números superiores de candidatos/vaga.

Os centros universitários públicos também são mais pleiteados na região Sudeste (8), ao passo que, excetuando as regiões Nordeste e Centro-Oeste, que não

oferecem cursos nessa organização acadêmica e categoria administrativa, a região Sul (1,1) aparece com a menor concorrência.

Os centros universitários privados possuem maior número de candidatos/vaga na região Norte (2,2), diferentemente dos indicadores das demais regiões, que estão próximos da média do Brasil (1,3).

Acerca das faculdades públicas, a região Centro-Oeste (4,1) conta com o maior número de candidatos/vaga do País. Em oposição, na região Norte (1,1) verifica-se o número mais baixo de candidatos/vaga do País nessa categoria.

As faculdades privadas, em seu turno, são mais disputadas na região Norte (2,1). As faculdades da região Sul (1,0), no entanto, sofrem com o baixo número de candidatos/vaga.

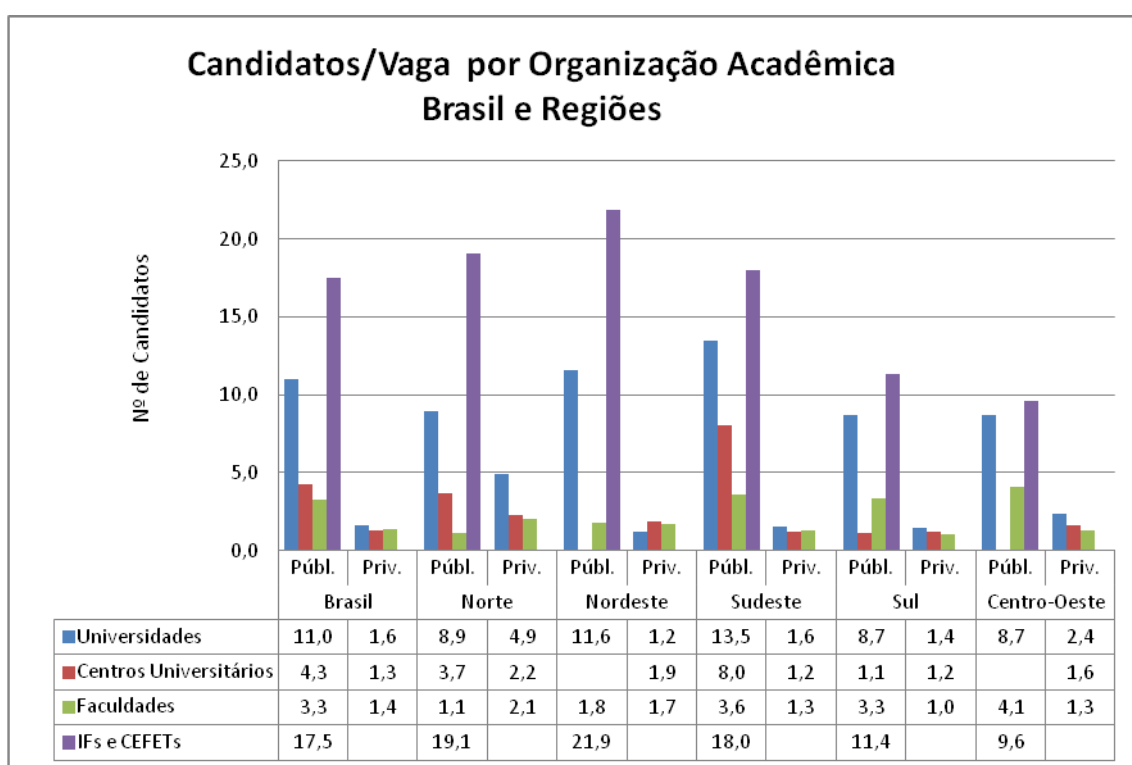


Gráfico 37 - Candidatos/Vaga por Organização Acadêmica - Brasil e Regiões.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

O número de vagas ociosas nas IES é tema que merece ser analisado, pois em 2011, somente nos cursos presenciais, deixaram de ser ocupadas 58.346 vagas nas IES públicas e 1.483.471 nas IES privadas, um montante que é mais detalhado no gráfico 38 por meio dos percentuais de vagas ociosas por regiões e organização acadêmico/administrativa das IES.

Neste gráfico é possível identificar que entre as universidades públicas, a região com maior percentual de vagas ociosas é a Região Centro-Oeste (15% do total



de vagas disponibilizadas), ao passo que nas universidades privadas, os maiores percentuais estão nas regiões Sudeste (53%) e Norte (53%).

Entre as regiões que abrigam centros universitários públicos, a região Sul é a que apresenta maior percentual de vagas não preenchidas (46%). Quanto aos centros universitários privados, o Sudeste (55%) possui o maior número de vagas ociosas.

As faculdades públicas na região Norte (60%) contam com grande percentual de vagas ociosas. As faculdades privadas das regiões Sudeste (62%) e Sul (62%) superam esse percentual.

No tocante aos IFs e CEFETs, a região Norte (13%) apresenta a maior proporção de vagas ociosas do País.

Sobre os números negativos que aparecem no gráfico, eles dão a entender que as IES absorvem mais alunos do que o número de vagas disponibilizadas, mas a Sinopse do Censo não dá indicações de como esses números foram constituídos.

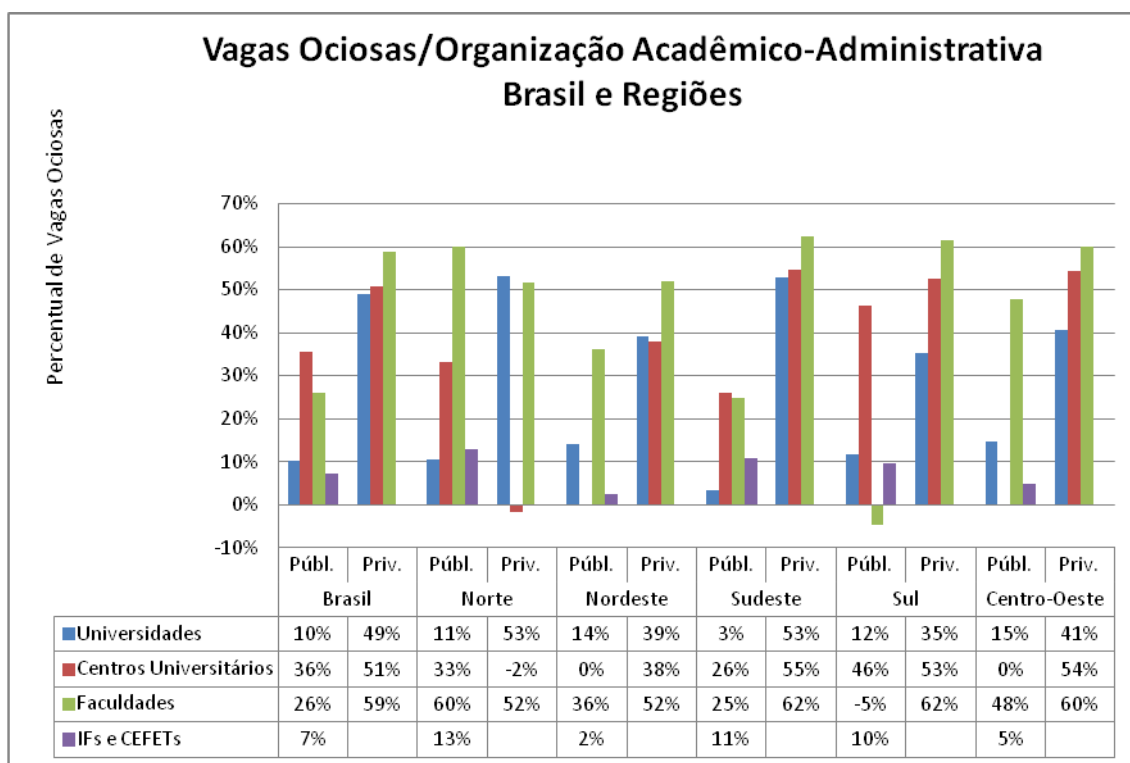


Gráfico 38 - Vagas Ociosas/Organização Acadêmico-Administrativa - Brasil e Regiões.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### **3.5. O caminhar dos alunos: da matrícula à conclusão do curso**

Esta seção tem como foco a análise do número de alunos matriculados e concluintes nos cursos de graduação, sendo que os parâmetros de estudo são as áreas de conhecimento e as categorias administrativas das IES em que são diferenciadas as públicas das privadas.

Em alusão ao número de matriculados, o gráfico 39 revela a grande incidência de matrículas na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito que, individualmente, congrega 22% de todos os alunos que estudam nas IES públicas do Brasil e 49% dos que estudam nas IES privadas. Na sequência, as subáreas que também apresentam relevante número de matriculados são Educação (33%,16%) e Engenharia, Produção e Construção (14%, 10%)

No que se refere ao número de concluintes, fazendo um exercício de dedução, se forem comparados esses números a um quarto do número de matriculados, considerando-se que a média dos cursos de graduação tem duração de quatro anos, os resultados esperados na formação de novos profissionais sofrem uma queda significativa em razão de desistências, trancamentos ou retardamentos na conclusão dos ciclos de estudo.

Nesse exercício, as IES públicas tendem a uma lacuna de formação que gira em torno de 50% e as áreas possivelmente mais afetadas são Ciências Sociais, Negócios e Direito (58%) e Saúde e Bem-Estar Social (53%). Por outro lado, as menos afetadas são Engenharia, Produção e Construção (37%) e Ciências, Matemática e Computação (39%).

O quadro das IES públicas, porém, é bem diferente. A lacuna de formação fica próxima a 66%. Sendo que áreas mais comprometidas são Educação (85%) e Humanidades e Artes (77%). Quanto às áreas em que se observam os melhores resultados, destacam-se Engenharia, Produção e Construção (33%) e Agricultura e Veterinária (55%).

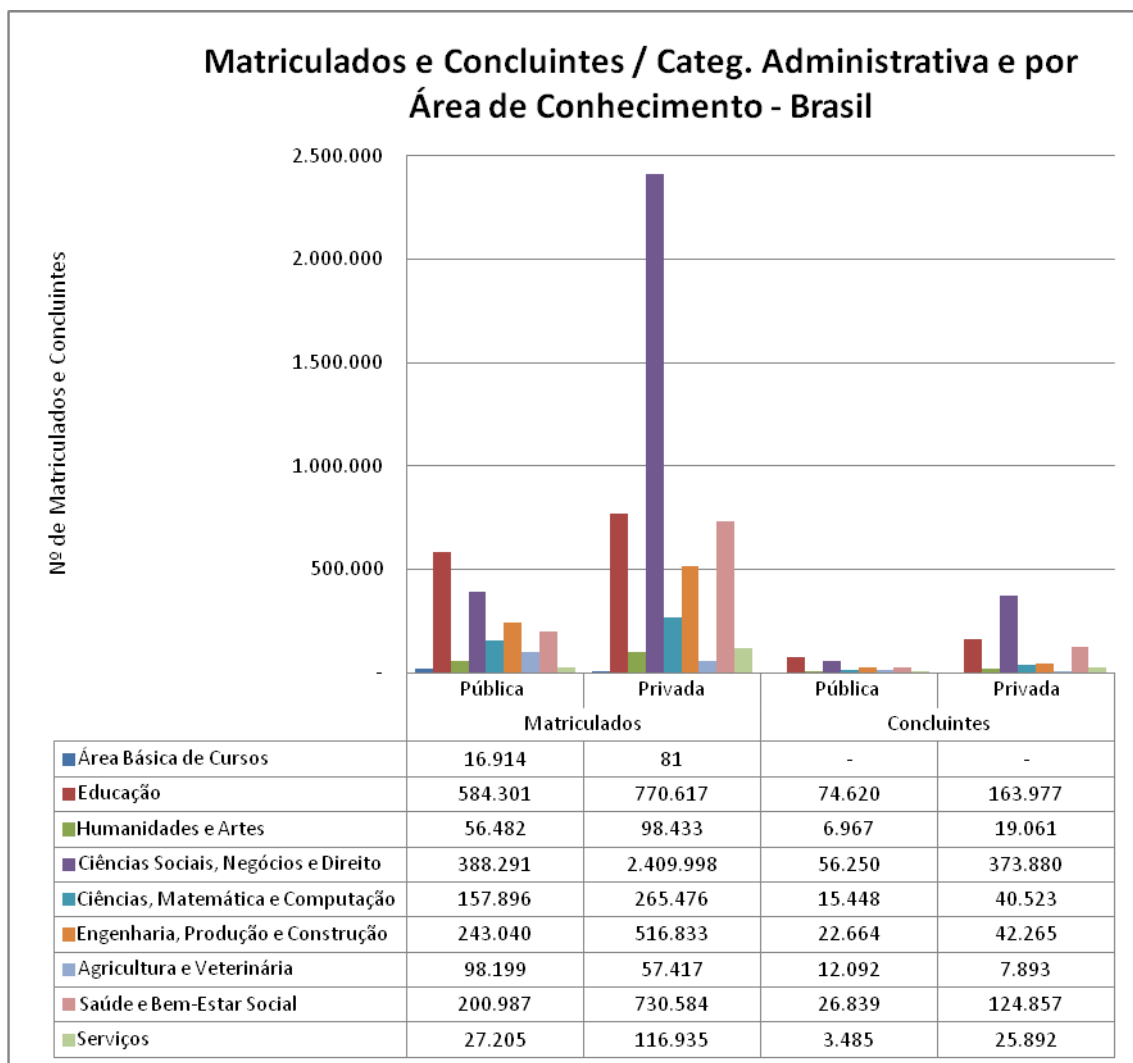


Gráfico 39 - Matriculados e Concluintes/Categ. Administrativa e por Área de Conhecimento - Brasil  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### 3.6. O perfil dos professores das IES

Esta seção tem como foco a formação dos professores e o tempo que dedicam ao trabalho docente nas IES. Para essa análise, foram considerados os seguintes parâmetros: o grau de formação do professor, a organização acadêmico-administrativa e a localização das IES por regiões e estados.

É importante explicar que na Sinopse do Censo da Educação Superior está indicado que o mesmo professor pode exercer funções docentes em uma ou mais instituições. Portanto, há que se considerar que uma parcela de professores foi computada mais de uma vez nas tabulações do Censo.

Iniciando pela formação docente, o gráfico 40 apresenta o cenário nacional em que se evidencia a maciça presença de doutores nas universidades, especialmente

nas públicas, que absorvem 63% dos doutores e 25% dos mestres de todas as IES brasileiras.

As universidades privadas, por sua vez, concentram 16% dos doutores e 22% dos mestres do País.

Professores especialistas ou graduados são minoria nas universidades públicas, representado juntos 20% do quadro geral de docentes.

Nas universidades privadas, entretanto, os especialistas estão em grande número, assumindo 28% do total de docentes.

Quanto aos professores que apresentam apenas a graduação, há uma proporção menor deles nas universidades privadas em relação às públicas, 4% contra 8%.

Nos centros universitários públicos, o número de professores especialistas, que formam a maioria, corresponde a 42%. No entanto, a participação dos doutores e mestres no quadro de docentes é considerável: juntos são 55% do total de docentes.

O panorama detectado nos centros públicos não se repete nos privados. Confirma-se neles a predominância de professores mestres: 49%. Somados aos doutores, totalizam 67%, enquanto que os especialistas são 32% do total de docentes.

Nas faculdades públicas, igualmente preponderam os professores mestres, com 41% do total. Unidos aos doutores, chegam a compor 61% do quadro docente. Os especialistas representam também uma boa parcela: 33%.

Os professores especialistas formam o maior grupo de docentes nas faculdades privadas, 45% do quadro, seguidos pelos mestres, que abrangem 42%. Professores mestres e doutores reunidos ocupam 54% das cadeiras.

Finalmente, os IFs e CEFETs apresentam o seguinte arranjo de professores: doutores e mestres constituem 68% do corpo docente, sendo que desse percentual 48% são mestres. Os professores especialistas compõem 21% do total de docentes.

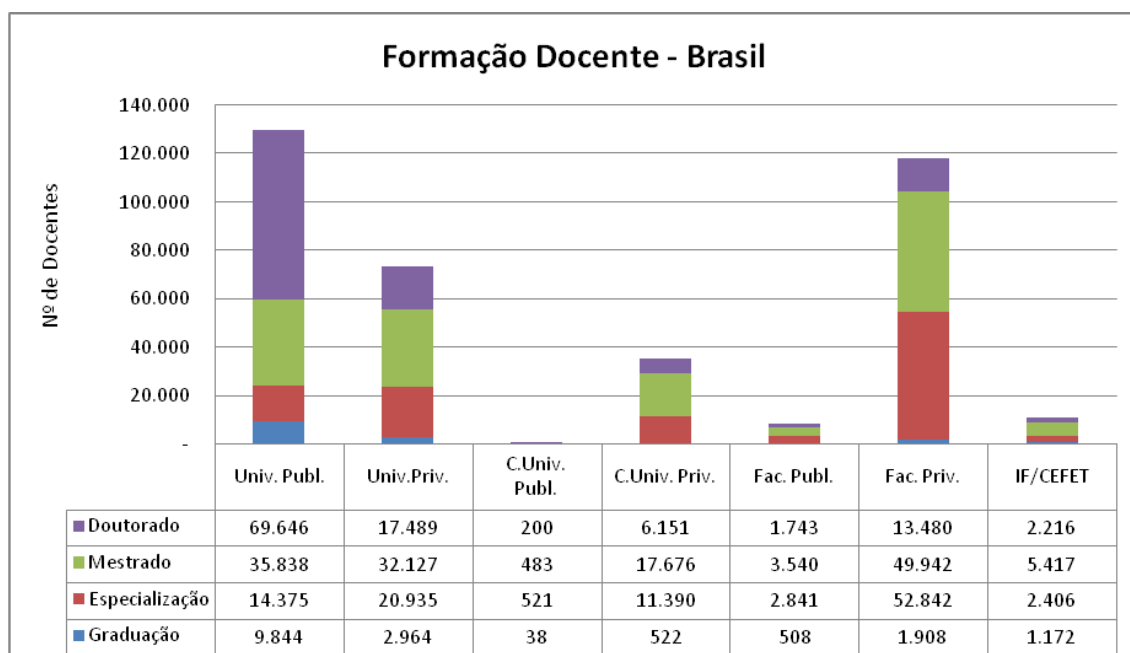


Gráfico 40 - Formação Docente - Brasil.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

Os tópicos subsequentes analisam o regime de trabalho dos professores nas IES por região.

#### Região Norte

O gráfico 41 demonstra que o regime de trabalho dos professores em tempo integral na região Norte é mais usual nas IES federais (88%) e estaduais (79%).

A dedicação dos professores às IES em tempo parcial já é mais característica nas IES privadas (39%), seguida pelas IES municipais (19%) em uma proporção bem menor.

Sobre os professores horistas, as IES privadas (38%) e municipais (35%) possuem os maiores percentuais em comparação às demais organizações administrativas.

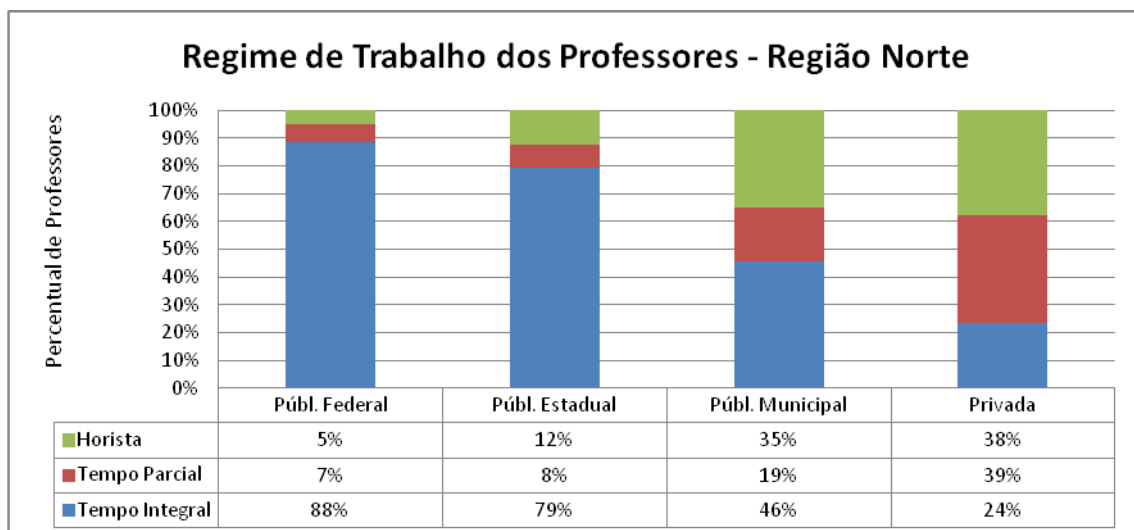


Gráfico 41 - Regime de Trabalho dos Professores - Região Norte.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Região Nordeste

Como pode ser observado no gráfico 42, o regime de trabalho dos professores em tempo integral na região Nordeste é mais frequente nas IES federais (89%) e estaduais (75%). Nas IES municipais (17%) e privadas (24%), os professores contratados sob esse regime estão em minoria.

Por outro lado, as IES que contam com maior percentual de professores que trabalham em regime parcial são justamente as IES municipais (36%) e privadas (38%).

Também são encontradas nessas IES as maiores proporções de professores horistas: IES municipais (47%) e privadas (38%).

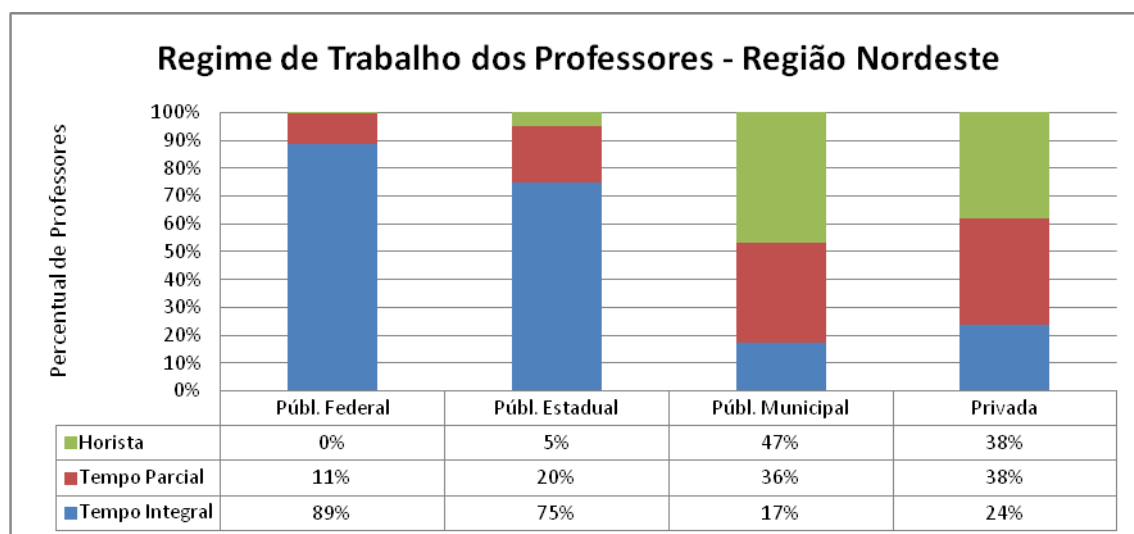


Gráfico 42 - Regime de Trabalho dos Professores - Região Nordeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Região Centro-Oeste

O gráfico 43 nos aponta que as IES com maior proporção de professores contratados em regime integral são as IES federais (93%) e municipais (54%).

No que concerne ao regime parcial, as IES estaduais (56%) e privadas (35%) são as que apresentam maior percentual de professores.

Os professores horistas, por fim, estão mais concentrados nas IES privadas (42%) e nas municipais (15%).

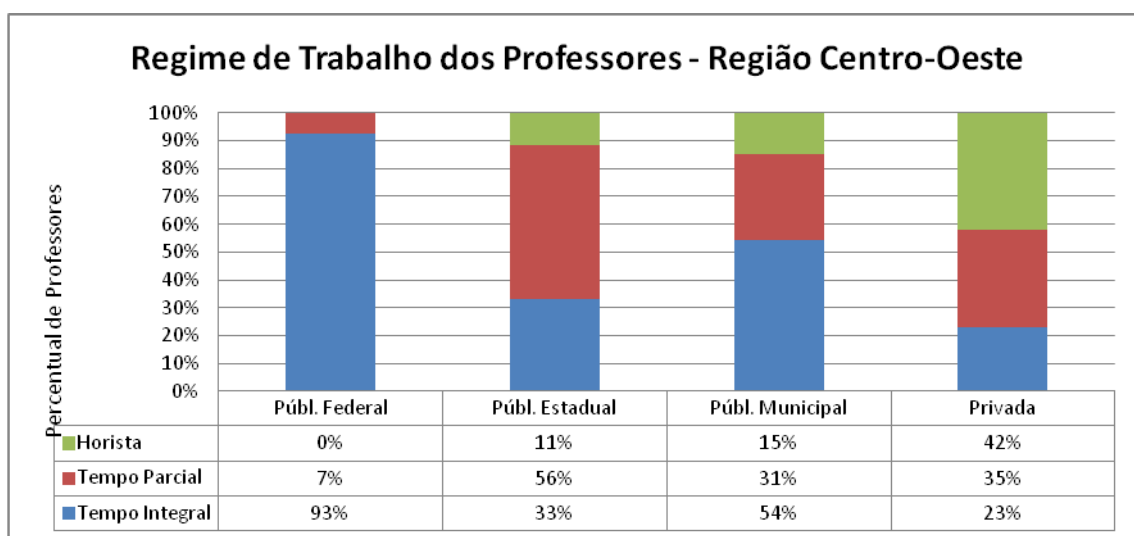


Gráfico 43 - Regime de Trabalho dos Professores - Região Centro-Oeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Região Sudeste

O gráfico 44 revela a convergência de professores que trabalham em regime integral nas IES federais (93%) e estaduais (72%) na região Sudeste.

A adoção do regime parcial para contratação dos professores, por seu lado, é mais comum nas IES municipais (31%) e privadas (28%).

Nessas mesmas IES, são encontrados os maiores percentuais de professores horistas: IES municipais (51%) e privadas (45%).

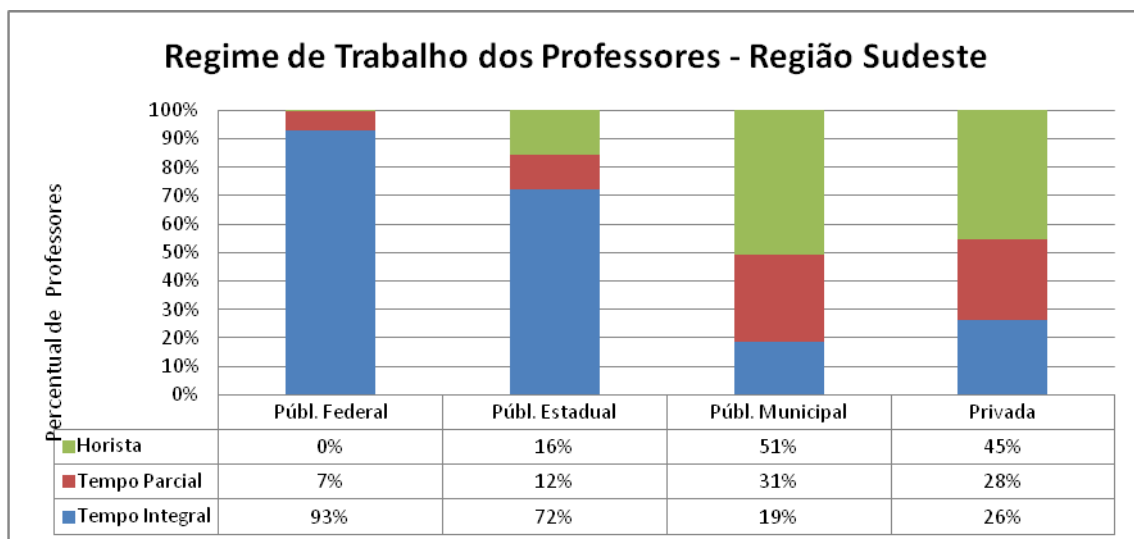


Gráfico 44 - Regime de Trabalho dos Professores - Região Sudeste.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.

### Região Sul

Averigua-se, no gráfico 45, que o regime de trabalho dos professores em tempo integral na região Sul também é mais acentuado nas IES federais (93%) e estaduais (85%).

Em contrapartida, são as IES privadas (30%) e municipais (21%) que contratam maior número de professores em regime parcial.

Quanto aos professores horistas, estão mais presentes nas IES municipais (51%) e privadas (46%).

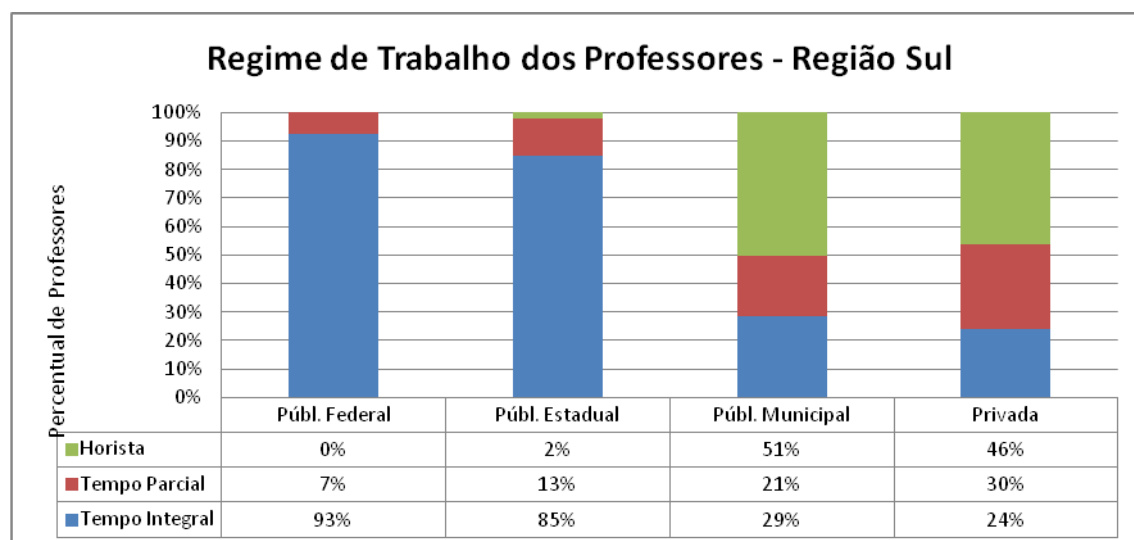


Gráfico 45 - Regime de Trabalho dos Professores - Região Sul.  
Fonte: Censo da Educação Superior 2011.



## 4. Resultados do estudo e considerações

Inúmeros são os desafios colocados para que se atinja uma educação superior capaz de atender às demandas de qualidade e expansão presentes no cenário nacional. Parte desses desafios foi elencada em eventos como o Fórum Nacional de Educação Superior (FNES, 2009) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010). A publicação resultante do FNES destaca a necessidade da democratização do acesso e da flexibilização dos modelos de formação, da elevação da qualidade, da avaliação, do compromisso social e da inovação para uma educação superior apta a responder aos desafios contemporâneos do País.

Na mesma linha de ações, a Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) promoveram, em 2010, a oficina de trabalho Desafios e Perspectivas da Educação Superior (SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012), a fim de apresentar orientações referentes ao desenvolvimento das “Perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década à luz do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020”.

As referidas orientações propuseram como eixos: (i) a ampliação do debate sobre os desafios e as perspectivas da educação superior brasileira para a década contemplada pelo novo Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) e seus reflexos sobre os processos de expansão, norteados pelas tendências de internacionalização da educação e de diversificação institucional; (ii) a discussão da experiência brasileira no que tange à inclusão das novas tecnologias da informação e comunicação ao ensino superior por meio, em especial, da modalidade EAD, focalizando a utilização de referenciais teóricos que privilegiem a qualidade acadêmica; e (iii) o debate sobre as possibilidades de articulação dos sistemas de IES públicas federais, estaduais e municipais, com o propósito de fortalecer a cooperação entre os diferentes entes federados para a qualificação da ES no País.

O PNE 2001-2010 foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001 e propôs ações para uma expansão qualificada da educação superior no País por meio de 35 entre as 295 metas gerais para a educação. Ressaltava, entre outros itens, a necessidade do aumento da oferta de vagas, sobretudo para a população brasileira com idade entre 18 e 24 anos; o estabelecimento de uma política de expansão com vistas a reduzir as disparidades na oferta de vagas por regiões; a diversificação do sistema de ensino, com ênfase ao estímulo do desenvolvimento da EAD; e a institucionalização de um sistema nacional de avaliação, abrangendo os setores público e privado, no sentido da

busca da qualificação do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica (SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012).

Entre as ações que focalizam esses objetivos, cobertos pelo PNE em duas décadas, estão a criação de 14 universidades federais em diversos estados entre os anos de 2002 e 2010 (DIAS apud SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012), a expansão da rede federal de ensino profissional e tecnológico (BRASIL, 2008), ações afirmativas como a política de cotas e o desenvolvimento de diversos programas de âmbito nacional, entre os quais podem ser destacados:

- O Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudo em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas, dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular quando bolsistas integrais, criado em 2004 no contexto de ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2008);
- O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que busca prover às universidades federais melhores condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede. Entre as medidas adotadas pelo Programa, podem ser salientados o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos e a busca da diminuição da evasão. É também ação integrante do PDE (BRASIL, 2007);
- O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a financiar cursos de graduação a estudantes matriculados em instituições não gratuitas;
- O Sistema de Seleção Unificada (SISU), que se constitui em um ambiente informatizado, administrado pelo MEC, para cadastro de IES públicas que oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) (BRASIL, 2013a);
- O Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), sistema integrado de universidades públicas voltado a oferecer oportunidades de ensino superior por meio da EaD à população com maiores dificuldades de acesso à formação universitária. Atende o público em geral, com prioridade para professores da educação básica (BRASIL, 2013b).

Há que se considerar que, a despeito dos esforços realizados para assegurar o acesso à educação superior de uma parcela significativa da população brasileira, a maior concentração de IES nas capitais dos estados em algumas regiões configura-se como uma dificuldade para a desejada democratização. Conforme exposição prévia, encontram-se justificativas para uma oferta mais focalizada nas capitais dos estados quando estes apresentam dimensões territoriais muito reduzidas no contexto da extensão do País. Contudo, há necessidade, nesses casos, de favorecer o acesso à população do interior, proporcionando condições satisfatórias de atendimento.

Um aspecto a ser explorado a fim de subsidiar a melhoria do acesso dos diferentes públicos de interesse à educação superior é a identificação dos locais de oferta das IES no e-MEC e nos questionários do Censo não somente apontando o campus sede, mas também os demais campi e os pólos de apoio ao ensino presencial, organizados por estados e municípios. Esses dados poderiam compor também planilhas nas Sinopses do Censo da Educação Superior.

Os campi são capazes de trazer grandes contribuições para a extensão dos centros de pesquisa para além do município-sede das IES. Os municípios agraciados por esses campi podem, por exemplo, contar com complexos hospitalares, centros de referência e escritórios de assistência suportados por um corpo docente e discente comprometidos, bem como por organizações parceiras das IES, prestando uma diversificada gama de serviços à comunidade.

Os pólos, que se configuram como unidades operacionais das IES para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos EAD, devem oferecer infraestrutura física (bibliotecas, salas de aula, laboratórios etc.), tecnológica (computadores, recursos de web ou videoconferência etc.) e pedagógica (professores especialistas, coordenadores de áreas etc.) para que os alunos possam realizar a programação dos cursos com sucesso e receber orientações para atividades complementares, estágios e pesquisas. Os estágios e pesquisas, em especial, muitas vezes provocam inquietudes nos alunos, que os levam a buscar soluções para problemáticas existentes nas suas próprias localidades.

Informações precisas sobre esses campi e pólos, portanto, são fundamentais para uma análise mais aprofundada das condições dos municípios de cada unidade da Federação, pois, se já não o são, os campi e os pólos das IES podem assumir importante papel de centros disseminadores de cultura, inovação e desenvolvimento econômico e social de suas regiões.

Convém, assim, assinalar que, se nas inferências do tópico 3 foi observado que certos estados demonstram desequilíbrios entre a oferta de IES nas respectivas capitais ou no interior, talvez essas informações não sejam decisivas, pois não foi possível observar as potenciais influências positivas dos campi e dos pólos de apoio presencial nessas regiões.

Desde a promulgação da LDB, em 1996, tem se observado um crescimento substancial de IES e do percentual de matrículas no cenário da educação superior brasileira. Esse aumento, seguindo a tendência apresentada na década anterior, é mais pronunciado na categoria privada (SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012).

Há esforços governamentais no sentido de ampliar a oferta de vagas e diminuir as desigualdades regionais em relação aos quesitos da distribuição de IES entre capital e interior e do oferecimento de vagas por IES públicas e privadas, gerando consideráveis melhorias a cada ano. No entanto, a meta de prover acesso à educação superior a pelo menos 30% da população de 18 a 24 anos, instituída pelo PNE 2001-2010, não foi alcançada. A taxa de escolarização líquida da população continua bastante inferior à desejada, mesmo nas regiões de maior desenvolvimento e com maiores números de IES e matrículas (DIAS apud SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012).

Ainda conforme abordado no tópico 3, as inferências realizadas com base nos dados da Sinopse do Censo da Educação Superior podem ser ampliadas por meio de um estudo demográfico e socioeconômico pormenorizado de cada estado, que permita a verificação do número de habitantes/IES, da carência de profissionais especializados ou ainda de oportunidades de abertura e/ou diversificação de atividades pouco exploradas. Com tais informações, é possível revisar a grade de cursos das IES presentes nos estados, estudar o número adequado de vagas e também proporcionar programas abrangentes de orientação vocacional, quiçá envolvendo as escolas de ensino médio, de modo a minimizar dúvidas dos jovens quanto à escolha da profissão e, ao mesmo tempo, apontar as perspectivas e necessidades de formação da região em que vivem.

Medidas desse âmbito, aliadas à expansão e ao fortalecimento das atuais políticas públicas relacionadas à busca da permanência de alunos na educação superior, poderiam contribuir com a resolução do impasse constituído pelo grande número de vagas ociosas nas IES em 2011, vagas estas que poderiam ser destinadas aos quase três milhões de candidatos que não conseguiram ingressar na educação superior.

Outro esforço proveitoso com esse intuito seria a promoção de movimentos organizados entre as IES públicas e privadas de cada região para identificar cursos que deveriam ser repensados no tocante ao número de vagas, às perspectivas de absorção dos concluintes pelo mercado de trabalho e também o envolvimento dos alunos com a carreira acadêmica e científica. Vincula-se ao engajamento proposto a potencialidade de alavancar o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do País, respeitando e valorizando as características que lhes são próprias.

Ainda se tratando da configuração e disposição dos cursos de graduação, outra sugestão seria tomar iniciativas de se pensar para além dos cursos tradicionais, de

apostar nas novas profissões, considerando-se que as visões e os interesses das novas gerações são diferentes daqueles apresentados pelas gerações anteriores, estando muito relacionados às novas concepções de estudo, de trabalho e de relacionamento humano que a acelerada evolução das tecnologias da informação e comunicação tem provocado no mundo.

Sabe-se, por exemplo, que cursos tecnológicos propiciam a rápida integração dos jovens ao mercado de trabalho e que as empresas têm cumprido o papel de complementar sua formação. Observam-se, ainda, as estratégias de certos institutos e centros de educação tecnológica que vêm oferecendo formações muito específicas, mas não menos interessantes do ponto de vista da agilidade na absorção dos cursistas pelo mercado, a partir da realização de estágios ou mesmo da contratação efetiva assim que concluídos os estudos.

Verifica-se, nessas IES, que há uma forte parceria com as empresas. Em parte delas, percebe-se um salutar estímulo dos gestores e professores para que os alunos busquem sua própria superação, por meio, por exemplo, da proposição de projetos em que possam expressar suas habilidades, da indicação de bons estágios ou da oferta de bolsas de estudos mediante a efetiva dedicação dos alunos. E como a cada dia há mais professores com formação *stricto sensu* que dispõem parte de seu tempo à pesquisa, estes naturalmente tendem a conquistar os estudantes que apresentam interesses semelhantes, incentivando-os a participar de eventos nacionais e internacionais.

Apesar de serem ações comprovadamente exitosas que beneficiam tanto o corpo discente como as próprias IES, é certo que ainda se tratam de experiências pontuais, pois grande parte das IES não apresenta condições de infraestrutura física e de pessoal, nem apresentam planos para envolver os discentes em estudos mais aprofundados ou em programas especiais de pesquisa, limitando-se a cumprir um currículo mínimo, muitas vezes, de forma fragilizada, fato que pode ser comprovado pelo número ainda grande de IES com notas insatisfatórias de IGC, como detectado no tópico 3.

O fortalecimento da vinculação entre as IES e as instituições de investigação científica e tecnológica é um dos pontos ressaltados no documento gerado pela oficina de trabalho Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década (CES/CNE e UNESCO) como necessária política de qualificação da educação superior no Brasil. O documento enfatiza, igualmente, a importância de que a produção e a disseminação do conhecimento e da tecnologia, a formação de

profissionais, a pesquisa e a inovação estejam ligadas ao setor produtivo com o propósito de oportunizar um desenvolvimento socialmente sustentável (SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012).

É compreensível, no entanto, a ponderação de muitos pensadores de que a educação superior não deva ficar refém dos interesses do mercado, mas garantir a formação de um cidadão autônomo e crítico. Como atender, então, aos dois lados dessa delicada questão? Trata-se de um desafio e de uma temática de interesse a debates que busquem a análise do perfil do atual estudante da educação superior e a providencial assistência que os órgãos reguladores do MEC podem conceder às IES para que estas atendam às projeções de vida e profissão de seus alunados.

De acordo com Dias (apud SPELLER, ROBL e MENEGHEL, 2012), ao se referir ao relatório preparado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a conferência geral de 2003, a riqueza das nações apresenta como base os conhecimentos e as qualificações de sua força de trabalho. O autor destaca a necessidade de que, em um país como o Brasil, sejam formados jovens com espírito empreendedor, capazes, por exemplo, de gerar suas próprias empresas. Aponta como possíveis caminhos para a consecução desse objetivo introduções e modificações pedagógicas no percurso formativo, bem como o desenvolvimento de incubadoras de empresas dentro e fora das universidades. Afirma, ainda, a importância de que os alunos sejam preparados para responder às necessidades sociais, e não àquelas impostas pelo mercado, caracterizado por sua constante mutabilidade.

Programas como o Ciência sem Fronteiras (2013c), que reúne esforços do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do MEC por meio de suas respectivas instituições de fomento à pesquisa – CNPq e CAPES –, e das Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC, por exemplo, têm contribuído com a propagação da cultura da pesquisa, que vem gradativamente se expandindo para além das universidades, denotando a integração às atividades de outras categorias acadêmicas, inclusive faculdades. Reflexos dessa cultura podem ser examinados na exigência de se apresentar trabalhos ou projetos de conclusão de curso e na multiplicação de iniciativas vinculadas à iniciação científica ou tecnológica.

Isso não significa, porém, que a questão da formação crítica não seja e não deva ser valorizada, mesmo porque o brasileiro, apesar das dificuldades, é um ser criativo, empreendedor e esforçado. Em que país se encontra tão grande número de cidadãos que após dura jornada de trabalho ocupam o tempo livre de que dispõem para buscar novos conhecimentos? O Brasil é um dos países que mais oferecem

curso universitário no período noturno, oferta justificada pela intensa demanda. Imaginem, assim, o que os jovens brasileiros seriam capazes de realizar tendo uma formação básica de qualidade, mais tempo para se dedicar aos estudos e orientação para o aprimoramento permanente.

Quanto à orientação recebida pelos alunos na educação superior, cabe destacar as inferências apresentadas no tópico 3 a respeito da formação dos professores e do regime de trabalho que adotam nas IES. Mesmo que sejam atendidos os requisitos mínimos de proporcionalidade de doutores, mestres e especialistas nas IES brasileiras, não há dúvidas de que são imprescindíveis mais investimentos na formação dos professores, pois, como foi apresentado no tópico 3, 32% dos professores de ensino superior do País possuem apenas a graduação ou a especialização.

Apesar de ser prudente considerar que de certo existem excelentes docentes nesse grupo, há de se convir que, para atender às metas de expansão qualificada da educação superior estabelecidas pelo PNE, torna-se indispensável que o corpo docente das IES tenha uma sólida preparação teórica e prática dentro de suas áreas de conhecimento, assim como aguçada compreensão acerca das dimensões humanas, políticas e técnicas presentes nos processos de ensino e de aprendizagem no âmbito da formação geral e profissional de adultos.

Quanto mais preparados os docentes estiverem, maiores serão as chances de compartilharem seus saberes em suas rotinas de trabalho na graduação junto aos seus pares e alunos. E, quanto mais fortalecidos forem os vínculos dos professores às IES por meio de jornadas de trabalho em tempo integral ou, ao menos, parcial, maior será a tendência de se dedicarem aos programas e projetos das IES envolvendo pesquisa e extensão.

Outro aspecto que merece atenção é o percurso dos alunos da matrícula à conclusão do curso. A Sinopse do Censo da Educação Superior apresenta vários dados a respeito desse tema, mas seria interessante criar novos mecanismos de regulação das IES para identificar os cursos que apresentam os maiores índices de trancamento, desistência e atraso na conclusão. Com base nesses dados, seria possível planejar um compêndio de orientações, fóruns presenciais ou virtuais e, até mesmo, visitas agendadas de especialistas às IES a fim de prestarem auxílio nos casos mais difíceis, de forma que esses problemas pudessem ser minimizados.

Observa-se também no e-MEC e na Sinopse do Censo a ausência de referências sobre os vínculos interinstitucionais das IES. Essas referências poderiam

fornecer uma visão de como estão as redes de relacionamento das IES, permitindo verificar se elas se encontram mais isoladas ou se vêm desenvolvendo atividades enriquecedoras de cooperação para seu corpo docente e discente, assim como para a população do entorno.

Ao apresentar esses pareceres, chega-se ao final do presente trabalho, cuja finalidade tem próxima relação com a tendência mundial de se promover a transparência pública por meio da disponibilização de informações úteis ao pleno exercício da cidadania.

Por detrás dessa prestação de serviço, no que se refere à integração e divulgação dos dados sobre a educação superior no País, há um intenso trabalho de cooperação entre as IES e o INEP. O e-MEC é hoje o principal meio de tramitação e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior. Além disso, a produção anual do Censo da Educação Superior, elaborado com base em questionários *on line* respondidos pelas IES, garante um conjunto de informações sobre seus cursos de graduação presencial ou a distância, vagas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, como também dados sobre docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Ainda assim, tais referenciais podem ser otimizados para oferecer informações cada vez mais detalhadas e específicas, propósito desse documento, de modo que o CNE e a SERES sigam formulando estratégias para o contínuo aperfeiçoamento de suas políticas de regulação e supervisão das IES, favorecendo o fortalecimento de seu papel como centros de construção, gestão e disseminação de saberes, de meios integradores de cultura, inovação e desenvolvimento sustentável, bem como de seu vínculo responsável com as demais instituições sociais, por meio de um acesso que se torne gradativamente mais igualitário e democratizado.



## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **FIES - Programa de Financiamento Estudantil**. 2011. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/index.html>> Acesso em: 12. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **PROUNI - Programa Universidade para Todos**. 2008. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 12. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 12. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Sisu - Sistema de Seleção Unificada**. 2013a. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **UAB - Universidade Aberta do Brasil**. 2013b. Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br/>> Acesso em: 12. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, Secretaria de Educação Superior. **Documento síntese do Fórum Nacional de Educação Superior (FNES)**. 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento\\_sintese.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_sintese.pdf)> Acesso em: 13. abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Educação. **Programa Ciência sem Fronteiras**. 2013c. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf>> Acesso em: 14. abr. 2013.

GATTI, Bernardete A. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Revista Diálogo Educacional**, Programa de Pós-Graduação em Educação - PUCPR, v. 6, n. 19, p.25-35, 2006.

SPELLER, Paulo; ROBL, Fabiane; MENEGHEL, Stela Maria (org.). **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. UNESCO, CNE, MEC. Brasília: 2012.